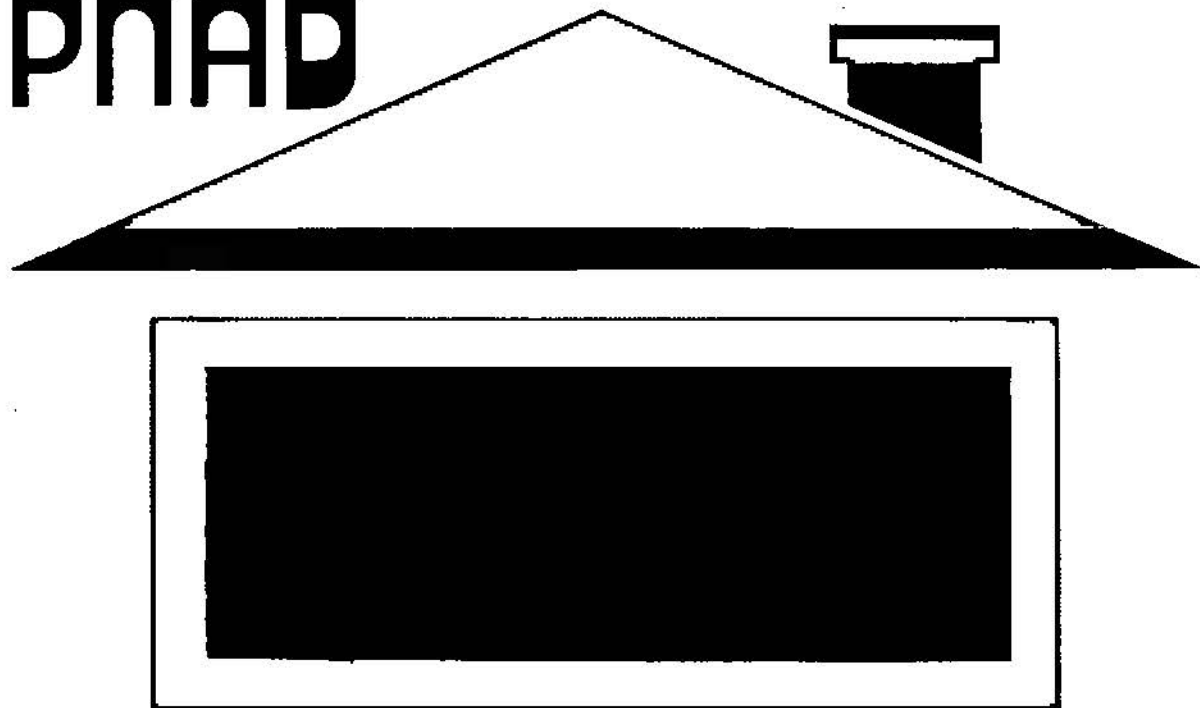


PNAD



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**SÍNTESE DE INDICADORES
DA PESQUISA BÁSICA
DA PNAD DE
1981 A 1989**

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento
Zélia M. Cardoso de Mello

**FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

Diretor de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretor de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Chefe do Departamento de Emprego e Rendimento
Maria Martha Malard Mayer

EQUIPE TÉCNICA

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - é de responsabilidade do Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN - da Diretoria de Pesquisas, que conta com o suporte da Diretoria de Informática para os procedimentos de processamento de sistemas computacionais, realizados sob a coordenação de Luiz Maurício de Resende Mansur.

A coleta das informações é realizada sob orientação técnica do DEREN, através das Coordenações da PNAD nas Unidades Estaduais do IBGE.

A Pesquisa Básica da PNAD é desenvolvida sob a coordenação direta da Divisão de Pesquisa Anual do DEREN, que dispõe de duas equipes para a execução dos seus trabalhos, e conta, ainda, com o suporte da Equipe de Apoio Computacional para a programação de auxílio à apuração, e da Equipe de Estudos e Análises Estatísticas para o controle da amostra e definição dos coeficientes de variação das estimativas.

Chefe da Divisão de Pesquisa Anual: Terezinha Batista Tavares Coutinho

Componentes das equipes de crítica e análise da Divisão de Pesquisa Anual:

**Delso José Caride Filho
Decidídia dos Santos Avellar
Eneida da Silva Rego
Genilda da Silva Rodrigues
Janete Rodrigues da Silva
João Carlos Peron Ramos
José Carlos Marques Veiga
Juarez Vicente Vieira
Luiz Carlos Rodrigues
Maria da Glória Dias Freitas**

**Maria do Socorro Bento
Nélio Fernandes Guimarães Lopes
Nilton Sanches Alvarez
Neuza Guerra de Freitas
Reinaldo de Souza Ramos
Robson da Silva Pereira
Rodrigo Mariano Resende de Brito
Sandra Rosa Geraldo
Suely da Costa Fialho
Waldelice Lisboa G. das Dores**

Chefe da Divisão de Estudos e Análises: Paulo Cesar de Souza Quintsr

Chefe da Equipe de Apoio Computacional: Mario Serres da Silva

Chefe da Equipe de Estudos e Análises Estatísticas: Rosângela Antunes Pereira Almeida

Para esta publicação, coube a Vandeli dos Santos Guerra a elaboração dos textos e definições dos indicadores que a compõem. Ficou a cargo de Eneida da Silva Rego e Suely da Costa Fialho a execução dos cálculos e conferências. As tabulações especiais foram programadas por Mario Serres da Silva e os trabalhos de edição foram feitos por Aderbal Fernando Ferreira.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE 1990

Para maiores informações dirigir-se ao
Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Rua General Canabarro, 666 - bl.A - 2º andar - Maracanã
Tel.: (021)284-4597 e 234-2043. R. 280/281
CEP 20271 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Para informações Metodológicas dirigir-se ao
Departamento de Emprego e Rendimento
Rua Visconde de Niterói, 1246 - bl. B - 10º andar - Mangueira
Tel.: (021)284-6539 - Telex: 2131018 - Fax: 0055.021.2645099
CEP 20941 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

APRESENTAÇÃO

Esta publicação antecipa resultados selecionados do tomo 1 - Brasil e Grandes Regiões, da Pesquisa Básica da PNAD de 1989 e apresenta a evolução, a nível nacional, dos principais indicadores produzidos por este levantamento ao longo da década de 80.

Este tipo de divulgação teve início com a "SÍNTESE DE RESULTADOS DA PESQUISA BÁSICA DA PNAD de 1988". O objetivo desta publicação é mostrar a evolução de importantes indicadores da realidade nacional, sem que seja necessário aguardar a conclusão das tarefas mais laboriosas de preparação e impressão dos 5 tomos que compõem a divulgação anual da PNAD.

Rio de Janeiro, RJ, outubro de 1990

Maria Martha Malard Mayer
Chefe do Departamento
de Emprego e Rendimento

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	11
Conceitos e definições	15
Tópicos	
1. População	
Comentários	21
Tabelas	
1.1 - População residente, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	23
1.2 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	24
1.3 - Distribuição da população residente, segundo algumas características - Brasil - 1981 - 1989	25
2. Educação	
Comentários	27
Tabelas	
2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	29
2.2 - Indicadores de educação, por Grandes Regiões - 1989	30
2.3 - Indicadores de educação - Brasil - 1981 - 1989	31
3. Trabalho	
Comentários	33
Tabelas	
3.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a condição de atividade - 1989	39
3.2 - Indicadores de condição de atividade para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 1989	40
3.3 - Indicadores de condição de atividade para as pessoas de 10 anos ou mais de idade - Brasil - 1981 - 1989	41
3.4 - Pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	42
3.5 - Distribuição das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	43
3.6 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo algumas características - Brasil - 1981 - 1989	44
3.7 - Empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a atividade e a posse de carteira de trabalho assinada - 1989	45
3.8 - Distribuição dos empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a atividade e a posse de carteira de trabalho assinada - 1989	46
3.9 - Distribuição dos empregados no trabalho principal, segundo o sexo, a atividade e a posse de carteira de trabalho assinada - Brasil - 1981 - 1989	47

4. Família

Comentários	49
Tabelas	
4.1 - Famílias residentes em domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	51
4.2 - Indicadores de famílias residentes em domicílios particulares, por Grandes Regiões - 1989	52
4.3 - Indicadores de famílias residentes em domicílios particulares - Brasil - 1981 - 1989	53

5. Domicílio

Comentários	55
Tabelas	
5.1 - Domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	58
5.2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1989	59
5.3 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo algumas características - Brasil - 1981 - 1989	60

6. Rendimento

Comentários	61
Tabelas	
6.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal - 1989	75
6.2 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal - Brasil - 1981 - 1989	76
6.3 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal real - Brasil - 1981 - 1989	77
6.4 - Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por Grandes Regiões, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - 1989	78
6.5 - Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - Brasil - 1981 - 1989	79
6.6 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1989	80
6.7 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, segundo o sexo - Brasil - 1981 - 1989	81
6.8 - Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1989	82
6.9 - Rendimento médio mensal, nominal e real, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1981 - 1989	83

6.10 - Distribuição das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 1989	34
6.11 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - Brasil - 1981 - 1989	35
6.12 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal real de todos os trabalhos - Brasil - 1981 - 1989	35
6.13 - Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - 1989	37
6.14 - Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - Brasil - 1981 - 1989	38
6.15 - Índice de Gini de distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1989	39
6.16 - Índice de Gini de distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, segundo o sexo - Brasil - 1981 - 1989	39
6.17 - Rendimento médio mensal nominal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1989	39
6.18 - Rendimento médio mensal, nominal e real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, segundo o sexo - Brasil - 1981 - 1989	39
6.19 - Distribuição dos empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador e as classes de rendimento mensal de trabalho principal - 1989	39
6.20 - Distribuição dos empregados no trabalho principal, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador e as classes de rendimento mensal real do trabalho principal - Brasil - 1981 - 1989	39
6.21 - Distribuição dos empregados no trabalho principal, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador e as classes de rendimento mensal real do trabalho principal - Brasil - 1981 - 1989	39
6.22 - Rendimento médio mensal nominal do trabalho principal dos empregados, por Grandes Regiões, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador - 1989	39
6.23 - Rendimento médio mensal, nominal e real, do trabalho principal dos empregados, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador - Brasil - 1981 - 1989	39
6.24 - Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal familiar - 1989	39
6.25 - Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares, segundo as classes de rendimento mensal familiar - Brasil - 1981 - 1989	39

INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD é um levantamento anual que investiga, de forma permanente, os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais e, com periodicidade variável, outros assuntos de caráter demográfico, social e econômico.

Como o seu próprio nome indica, a PNAD é realizada através de uma amostra de domicílios que abrange todo o País, com exceção da área rural dos Estados da antiga Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) que abriga cerca de 3,0% da população do Brasil.

Para a PNAD de 1989 foram pesquisadas cerca de 86 000 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

As estatísticas da pesquisa básica da PNAD, que abrange os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais, são divulgadas a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação (apenas para Rondônia, Acre, Roraima e Amapá não são produzidos resultados em separado) e Regiões Metropolitanas. Estas estatísticas são apresentadas em cinco tomos:

Tomo 1 - Brasil e Grandes Regiões;

Tomo 2 - Regiões Metropolitanas;

Tomo 3 - Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;

Tomo 4 - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e

Tomo 5 - Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para as pesquisas da PNAD de 1988 e 1989, por razões de ordem técnica, as informações referentes ao antigo Estado de Goiás foram apuradas como se essa Unidade da Federação não houvesse sido desmembrada para constituir os atuais Estados de Tocantins e Goiás. Conseqüentemente, as estatísticas da PNAD de 1988 e de 1989, produzidas para a Região Norte, não incluem a parcela correspondente ao atual Estado de Tocantins que ainda se mantém incorporada às da Região Centro-Oeste.

As informações apresentadas nesta síntese antecipam resultados selecionados do **tomo 1 - Brasil e Grandes Regiões** da PNAD de 1989 e mostram, ainda, a retrospectiva da década de 80 para os indicadores referentes ao País.

Na PNAD de 1982 a amostra foi distribuída em 12 semanas de referência, espelhando a média desse período. Este procedimento divergiu daquele adotado nos demais

anos da década de 80 e apresentou reflexos em um conjunto de resultados de 1982, dificultando a sua comparação com aqueles referentes aos demais anos do período de 1981 a 1989. Em decorrência deste fato, os indicadores da PNAD de 1982 foram excluídos das tabelas que apresentam informações das pesquisas realizadas ao longo da década de 80.

Para esta divulgação os resultados foram agrupados em seis tópicos: população, educação, trabalho, família, domicílio e rendimento.

As tabelas que fazem parte de cada tópico são precedidas de comentários que destacam a evolução dos indicadores apresentados para o País no decorrer do decênio anterior e a comparação entre os resultados de 1989 obtidos para as Grandes Regiões. Nestes comentários os resultados da **Região Norte** não são ressaltados nas comparações inter-regionais, tendo em vista que a ausência de informações para a população de área rural dessa região impede captar a sua realidade em termos globais, embora não afete de forma expressiva as estatísticas a nível do País.

Nas tabelas 6.2, 6.9, 6.11, 6.18, 6.20, 6.23 e 6.25 do tópico rendimento foram incluídos os indicadores referentes às pesquisas de 1981 e 1983, que não tinham sido apresentados na "Síntese de Resultados da Pesquisa Básica de 1988". Ademais, nesta publicação de 1989 foram introduzidas novas tabelas nos tópicos trabalho e, especialmente, rendimento.

Cabe alertar que nas tabelas 6.3, 6.19 e 6.23 os resultados referentes a 1985, 1987 e 1988 foram revisados em decorrência de correções efetuadas nas informações básicas após a divulgação.

GRANDES REGIÕES DO BRASIL PARA A PNAD DE 1981 A 1989



Para a PNAD até 1989 não se considerou o desmembramento do antigo Estado de Goiás nos atuais Estados de Tocantins e Goiás

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Os principais conceitos e definições necessários ao entendimento dos resultados apresentados são:

Situação do domicílio - a classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, de acordo com a área de localização da unidade domiciliar e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 1980. A situação urbana abrange as cidades, vilas e áreas urbanas isoladas. A situação rural compreende as áreas fora desses limites.

Pessoa residente - considerou-se como residente a pessoa que morava habitualmente na unidade domiciliar, ainda que estivesse temporariamente ausente e desde que seu afastamento não fosse superior a 12 meses em relação à data da entrevista.

Os aspectos referentes a educação (alfabetização, escolarização e instrução) foram pesquisados para as pessoas de 5 anos ou mais de idade.

Alfabetização - considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

Taxa de analfabetismo - é a porcentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas do (mesmo grupo etário).

Estudante - considerou-se como estudante a pessoa que freqüentava curso pré-escolar, de alfabetização de adultos, regular ou supletivo de 1º ou de 2º grau, pré-vestibular, superior, mestrado ou doutorado.

Anos de estudo - a classificação em anos de estudo foi feita da seguinte forma: um ano de estudo equivaleu à conclusão da primeira série de curso de nível elementar ou de 1º grau; dois anos de estudo equivaleram à conclusão da segunda série de curso de nível elementar ou de 1º grau e assim sucessivamente. Em síntese, a correspondência foi: 1 a 8 anos - 1º grau (ou elementar e médio 1º ciclo); 9 a 11 anos - 2º grau (ou médio 2º ciclo); 12 anos ou mais - superior, mestrado e doutorado.

As características referentes a trabalho e rendimento foram pesquisadas para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Trabalho - considerou-se como trabalho o exercício de ocupação econômica:

remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios;

sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha uma atividade econômica ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou

sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc.

Semana de referência - é a semana a qual se refere a investigação da condição de atividade (economicamente ativa e não economicamente ativa) e das características de trabalho da pessoa. Na PNAD de 1989 a semana de referência foi a de 24 a 30 de setembro de 1989.

Pessoa ocupada - considerou-se como ocupada a pessoa que tinha trabalho durante toda ou parte da semana de referência (ainda que não tenha trabalhado nesse período por motivo de férias, licença médica, etc.).

Pessoa desocupada - considerou-se como desocupada na semana de referência a pessoa que, nesse período, não tinha trabalho mas tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho.

Pessoa economicamente ativa - considerou-se como economicamente ativa na semana de referência a pessoa que foi classificada como ocupada ou desocupada nesse período.

Pessoa não economicamente ativa - considerou-se como não economicamente ativa na semana de referência a pessoa que não foi classificada como ocupada nem como desocupada nesse período.

Taxa de atividade - é a porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Taxa de desocupação (ou de desemprego aberto) - é a porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Trabalho principal - considerou-se como principal o trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Para a pessoa que tinha mais de um trabalho na semana de referência, considerou-se como principal o trabalho remunerado ao qual dedicou maior número de horas na semana de referência. Quando houve igualdade no número de horas

trabalhadas na semana de referência, considerou-se como trabalho principal aquele que proporcionava maior rendimento.

As investigações sobre atividade, posição na ocupação e carteira de trabalho assinada referiram-se ao trabalho principal.

Posição da ocupação - para efeito de divulgação as nove categorias de posição na ocupação foram agrupadas nas quatro seguintes:

- . **Empregado** - considerou-se como empregado a pessoa que trabalhava para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios. Incluiu-se nesta categoria o parceiro empregado e, também, o trabalhador agrícola volante;
- . **Conta-própria** - considerou-se como conta-própria a pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregado, com ou sem auxílio de membro não remunerado da unidade domiciliar. Incluiu-se nesta categoria o parceiro conta-própria;
- . **Empregador** - considerou-se como empregador a pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica com, pelo menos, um empregado. Incluiu-se nesta categoria o parceiro empregador; e
- . **Não remunerado** - considerou-se como não remunerado a pessoa que trabalhava sem remuneração 15 horas ou mais por semana em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica, ou a instituição religiosa, beneficente, ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz, estagiário, etc.

Contribuição para instituto de previdência - para a pessoa ocupada, foi pesquisado se contribuía para instituto de previdência (federal, estadual ou municipal) em qualquer trabalho que tivesse na semana de referência.

Família - Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica, ou normas de convivência, que residiam na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morava só em uma unidade domiciliar.

Chefe da família - Considerou-se como chefe a pessoa responsável pela família, ou que assim era considerada pelos demais componentes.

Os domicílios particulares podem ser permanentes ou improvisados.

Domicílio particular permanente - considerou-se como permanente o domicílio particular localizado em unidade que se destinava a servir de moradia, ou seja, em casa, apartamento, construção rústica (barraco), quarto ou cômodo.

Domicílio particular improvisado - considerou-se como improvisado o domicílio particular localizado em unidade que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia como, por exemplo, a situada em loja, sala comercial, etc. Também foi considerado como improvisado o domicílio localizado em prédio em construção, embarcação, carroça, tenda, barraca, etc.

Rendimento - pesquisou-se a remuneração bruta normalmente recebida, relativa ao mês de referência, do trabalho principal e dos demais trabalhos da pessoa ocupada e, ainda, o rendimento mensal normalmente recebido de outras fontes (aposentadoria, pensão, abono de permanência, aluguel, salário família, juros de caderneta de poupança, juros de aplicações de renda fixa, etc.).

Salário mínimo - Na apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo (ou piso nacional de salários) considerou-se o que vigorava no mês de referência da pesquisa.

Os valores do salário mínimo (ou piso nacional de salários) vigentes nos meses de referência das pesquisas de 1981 a 1989 foram:

ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO	ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO
1981	outubro	CR\$ 8 464,00	1986	setembro	CZ\$ 804,00
1983	setembro	CR\$ 34 776,00	1987	setembro	(1) CZ\$ 2 400,00
1984	setembro	CR\$ 97 178,00	1988	setembro	(1) CZ\$ 18 960,00
1985	setembro	CR\$ 333 120,00	1989	setembro	NCZ\$ 249,48

(1) Piso nacional de salários

Salário mínimo real - Na apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo real considerou-se o salário mínimo que vigorava no mês de referência da pesquisa de 1989 e que foi NCZ\$ 249,48. Este rendimento em termos reais, inflacionado pelo INPC, apresentou os seguintes valores nos meses de referência das pesquisas de 1981 a 1989:

ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (NCZ\$)	ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (NCZ\$)
1981	outubro	7 087,00	1986	setembro	652,00
1983	setembro	34 267,00	1987	setembro	2 494,00
1984	setembro	99 706,00	1988	setembro	18 991,00
1985	setembro	315 676,00	1989	setembro	249,48

Índice de Gini - é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Os índices de Gini das distribuições de rendimento apresentadas foram calculados a partir da segmentação das pessoas em 8 estratos de rendimento.

Índice de Gini - limite inferior (G_I) - Admite-se implicitamente a perfeita igualdade de rendimento no interior de cada estrato em que as pessoas estão divididas. É dado pela seguinte expressão:

$$G_I = 1 - \sum_{i=1}^n (R_i + R_{i-1})(P_i - P_{i-1}) = 1 - \sum_{i=1}^n (R_i + R_{i-1}) p_i$$

n - número de estratos de rendimento.

R_i - Proporção acumulada do rendimento até o estrato i .

P_i - Proporção acumulada das pessoas até o estrato i .

p_i - Proporção das pessoas no estrato i .

Índice de Gini - limite superior (G_S) - Admite-se a existência de desigualdade de rendimento no interior de cada estrato. É dado pela seguinte expressão:

$$G_S = G_I + \frac{\sum_{i=1}^n p_i \frac{(r_i - I_i)(S_i - \bar{r}_i)}{S_i - I_i}}{r_i}$$

n - número de estratos de rendimento.

\bar{r} - rendimento médio global.

r_i - rendimento médio do estrato i .

p_i - Proporção das pessoas no estrato i .

I_i - limite inferior do estrato i .

S_i - limite superior do estrato i .

Nos cálculos efetuados não se considerou o limite superior do último estrato de rendimento, de modo que o n-ésimo termo do somatório ficou definido como:

$$p_n (\bar{r}_n - I_n)$$

Este procedimento não acarreta alteração significativa no indicador.

1. POPULAÇÃO

ASPECTOS GLOBAIS

Os indicadores produzidos para o País ao longo da década de 80 mostraram que prosseguiu o êxodo da população rural para as áreas urbanas. Enquanto que em 1981 havia 28,8% da população residindo em áreas rural, em 1989 este percentual reduziu-se para 25,7%.

No decorrer da década de 80 observou-se, também, sensível decréscimo na proporção de menores de idade (pessoas de menos de 18 anos de idade) e aumento no número e proporção de idosos (pessoas de 60 anos de idade ou mais), refletindo os efeitos da queda da fecundidade e da mortalidade do País. Os menores de idade representaram 44,7% da população do País em 1981 e 41,5% em 1989, enquanto que os idosos passaram de 6,4% em 1981 para 7,5% em 1989.

De 1981 a 1985 a proporção do contingente feminino na população do País manteve-se inalterada em nível ligeiramente maior que o da masculina. Em 1986 houve uma pequena elevação no patamar da proporção de mulheres na população do País e que perdurou até 1989. Este fato é consequência da mortalidade diferenciada entre os homens e mulheres e que se torna mais evidente ao se comparar o número de pessoas idosas do sexo masculino com as do feminino.

No País, as idosas abrangiam 6,7% do contingente feminino em 1981 e 7,9% em 1989, enquanto que os idosos representaram 6,2% da população masculina em 1981 e 7,0% em 1989.

ASPECTOS REGIONAIS

A **Região Sudeste** é a mais populosa, abrigando cerca de 45,0% das pessoas residentes no País, e onde se localizam as três maiores Regiões Metropolitanas - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em 1989, essas três regiões metropolitanas concentravam cerca da metade da população residente na **Região Sudeste**, o que contribuiu, inegavelmente, para o seu elevado grau de urbanização.

As estatísticas de 1989 revelaram que o percentual da população urbana alcançou 85,9% na **Região Sudeste** e 74,2% na **Centro-Oeste**. Na **Região Sul** 67,6% da população vivia em área urbana e cerca de 33,0% concentravam-se nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre. Na **Região Nordeste** somente 57,3% da população residia em área

urbana e perto de 18,0% encontravam-se nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

A distribuição etária da população em grandes grupos mostrou que a **Região Sudeste** detinha a menor proporção de menores de idade e a maior proporção de adultos jovens (pessoas de 18 a 39 anos de idade), de adultos de meia-idade (pessoas de 40 a 59 anos de idade) e de idosos. Em 1989, a população da **Região Sudeste** estava constituída por 37,3% de menores de idade, 36,7% de adultos jovens, 18,0% de adultos de meia-idade e 8,0% de idosos.

A estrutura destes grupos etários da **Região Sul** foi a que se revelou mais próxima à da **Região Sudeste**.

A **Região Centro-Oeste** apresentou, juntamente com a **Região Norte urbana**, a menor proporção de idosos (5,3%). Constatou-se, ainda, que as pessoas idosas somadas às de meia-idade representavam somente 17,8% da população urbana da **Região Norte**, demonstrando a sua estrutura tipicamente jovem.

Na **Região Nordeste** encontrou-se a maior proporção de menores de idade (47,5%). Nessa Região 45,1% da população estava constituída por adultos jovens e de meia-idade, sendo este percentual menor que o das demais grandes regiões. Ademais, a **Região Nordeste** deteve, juntamente com a **Região Sul**, a segunda maior proporção de idosos (7,4%). Estes resultados podem ser atribuídos a emigração nordestina, que é diferenciada por idade e sexo.

1. POPULAÇÃO

1.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1980

CARACTERÍSTICAS	POPULAÇÃO RESIDENTE									
	Brasil (1)	Grandes Regiões								
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste				
TOTAL	144 293 110	4 849 968	42 252 630	64 595 830	22 452 241	10 142 438				
Situação do domicílio										
Urbana	107 239 796	4 849 968	24 203 144	55 470 520	15 186 249	7 529 915				
Rural	37 053 314	...	18 049 489	9 125 310	7 265 992	2 612 523				
Sexo e grupos de idade										
Até 17 anos	59 614 103	2 280 144	26 060 997	24 096 013	3 766 848	4 330 101				
18 a 39 anos	50 241 447	1 705 235	12 017 180	23 697 209	8 143 742	3 678 051				
40 a 59 anos	23 691 679	608 502	6 017 082	11 653 792	3 672 785	1 539 518				
60 anos ou mais	10 737 775	255 718	3 125 337	5 143 288	1 638 056	534 566				
Idade ignorada	8 106	369	2 037	5 498	-	202				
Homens										
Até 17 anos	30 026 950	1 119 076	10 093 605	12 146 640	4 459 867	2 207 762				
18 a 39 anos	24 404 472	819 610	6 187 819	11 590 573	4 027 750	1 778 720				
40 a 59 anos	11 431 677	288 632	2 853 650	5 604 658	1 902 818	781 869				
60 anos ou mais	4 945 960	117 036	1 504 004	2 299 260	759 912	255 748				
Idade ignorada	2 877	171	443	2 061	-	202				
Mulheres										
Até 17 anos	29 567 153	1 161 068	9 987 392	11 949 073	4 306 961	2 182 339				
18 a 39 anos	25 836 975	885 625	6 829 361	12 106 666	4 115 992	1 899 331				
40 a 59 anos	12 260 002	319 820	3 163 432	6 049 134	1 959 967	757 649				
60 anos ou mais	5 791 815	138 682	1 631 333	2 844 028	908 954	268 818				
Idade ignorada	5 229	198	1 594	3 437	-	-				

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

1. POPULAÇÃO

1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (3).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação do domicílio						
Urbana	74,3	...	57,3	85,9	67,6	74,2
Rural	25,7	...	42,7	14,1	32,4	25,8
Sexo						
Homens	49,1	48,3	48,8	49,0	49,7	49,6
Mulheres	50,9	51,7	51,2	51,0	50,3	50,4
Grupos de idade						
Até 17 anos	41,3	47,0	47,5	37,3	39,0	43,3
18 a 39 anos	34,8	35,2	30,8	36,7	36,3	36,2
40 a 59 anos	16,4	12,5	14,3	18,0	17,3	15,2
60 anos ou mais	7,5	5,3	7,4	8,0	7,4	5,3
Homens, por grupos de idade						
Total (3).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 17 anos	42,4	47,7	48,9	30,4	40,0	43,9
18 a 39 anos	34,5	35,0	30,0	36,6	36,1	35,3
40 a 59 anos	16,1	12,3	13,8	17,7	17,1	15,5
60 anos ou mais	7,0	5,0	7,3	7,3	6,8	5,3
Mulheres, por grupos de idade						
Total (3).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 17 anos	40,3	46,3	46,2	30,3	39,1	42,7
18 a 39 anos	35,1	35,4	31,6	36,7	36,4	37,2
40 a 59 anos	16,7	12,8	14,6	18,4	17,5	14,8
60 anos ou mais	7,9	5,5	7,6	8,6	8,0	5,3

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

1. POPULAÇÃO

1.3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1981-1989

BRASIL

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação do domicílio								
Urbana	71,2	71,9	72,4	72,5	72,8	73,2	73,6	74,3
Rural	28,8	28,1	27,6	27,4	27,2	26,8	26,4	25,7
Sexo								
Homens	49,6	49,6	49,6	49,6	49,2	49,1	49,1	49,1
Mulheres	50,4	50,4	50,4	50,4	50,8	50,9	50,9	50,9
Grupos de idade								
Até 17 anos	44,7	43,9	43,2	42,3	42,6	42,1	41,6	41,3
18 a 39 anos	33,4	33,9	34,4	34,7	34,6	34,9	34,9	34,8
40 a 59 anos	15,5	15,6	15,6	15,6	15,9	15,9	16,3	16,4
60 anos ou mais	6,4	6,6	6,8	6,8	6,9	7,1	7,2	7,5
Homens, por grupos de idade								
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 17 anos	45,5	44,9	44,9	43,9	43,5	43,1	42,8	42,4
18 a 39 anos	32,8	33,4	34,0	34,3	34,4	34,5	34,4	34,5
40 a 59 anos	15,5	15,4	15,4	15,4	15,6	15,8	16,0	16,1
60 anos ou mais	6,2	6,3	6,4	6,4	6,5	6,6	6,8	7,0
Mulheres, por grupos de idade								
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 17 anos	43,8	43,1	42,3	41,9	41,7	41,2	40,5	40,3
18 a 39 anos	33,9	34,3	34,9	35,1	34,9	35,3	35,3	35,1
40 a 59 anos	15,6	15,8	15,8	15,9	16,1	16,0	16,5	16,7
60 anos ou mais	6,7	6,8	7,1	7,1	7,3	7,5	7,7	7,9

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

2. EDUCAÇÃO

ASPECTOS GLOBAIS

No País, a proporção de estudantes de 5 anos de idade ou mais, residentes em área rural, permaneceu praticamente estável de 1981 a 1989. Neste período este indicador situou-se em patamar inferior ao da proporção de pessoas de 5 anos de idade ou mais, residentes em área rural, o que é um indicativo do menor grau de escolarização da população rural. Em 1989 residiam em área rural 25,0% das pessoas de 5 anos de idade ou mais e 21,4% da população estudantil nesta faixa de idade.

As taxas de analfabetismo do País apresentaram nitida tendência de declínio na década de 80. Enquanto que em 1981 perto de um quarto da população de 7 anos de idade ou mais era constituída de analfabetos, em 1989 esta parcela reduziu-se a cerca de um quinto.

De 1981 a 1989 as taxas de analfabetismo das populações urbana e rural mantiveram-se substancialmente distintas. Apesar das quedas observadas, ao final desse período a taxa de analfabetismo da população rural ainda situava-se em patamar bastante elevado. Para as pessoas de 7 anos de idade ou mais, moradoras em área rural, este indicador decresceu de 41,0% em 1981 para 38,2% em 1989 e, para as residentes em área urbana, de 17,5% em 1981 para 14,3% em 1989.

No decorrer da década de 80 observou-se melhoria sensível no nível de instrução das pessoas de 10 anos de idade ou mais. A proporção de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, com maior intensidade, e de pessoas com 1 a 3 anos de estudos declinaram no período de 1981 a 1989. Em contrapartida, a proporção de pessoas com 4 a 7 anos de estudo apresentou ligeira tendência de crescimento e a de pessoa com 8 anos de estudo ou mais, aumentou acentuadamente.

ASPECTOS REGIONAIS

Os resultados de 1989 mostraram que a **Região Nordeste** continuava mantendo as mais altas taxas de analfabetismo do País. Nessa região a taxa de analfabetismo da população urbana de 7 anos de idade ou mais ficou em 27,5% e, a da rural em 56,0%.

A **Região Sul** destacou-se por apresentar as taxas de analfabetismo mais baixas e o menor distanciamento entre este indicador da população urbana (9,4%) e da rural (15,6%).

Na **Região Sudeste** a taxa de analfabetismo da população urbana (9.9%) ficou próxima à da **Região Sul**, entretanto, a da rural (24.9%) situou-se em patamar destacadamente mais elevado.

Na **Região Centro-Oeste** este indicador ficou-se em 13.3% para a população urbana e em 32.1% para a rural.

Apesar da taxa de analfabetismo da população urbana da **Região Norte** (15.0%) ter superado as correspondentes das **Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste**, ainda foi de forma marcante, inferior à da **Região Nordeste**.

Os indicadores de 1989 confirmaram que a **Região Nordeste** continua detendo o menor nível de instrução das pessoas de 10 anos de idade ou mais do País. Essa região apresentou a maior proporção de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (35.0%), o mesmo ocorrendo com a de pessoas com 1 a 3 anos de estudo (26.3%). A soma destes dois indicadores mostrou que 61.3% da população da **Região Nordeste** tinha menos de 4 anos de estudo ou nunca frequentou escola. Nessa região somente 23.1% das pessoas completaram de 4 a 7 anos de estudo e 15.5% alcançaram 8 anos de estudo ou mais, sendo estes dois indicadores substancialmente menores que os das demais regiões.

A **Região Sudeste** destacou-se por apresentar a maior proporção de pessoas com 8 anos de estudo ou mais (29.2%) e a menor de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo (33.1%).

A **Região Sul** deteve a mais elevada proporção de pessoas com 4 a 7 anos de estudo (42.1%) e a segunda menor de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo (33.9%).

A **Região Centro-Oeste** caracterizou-se por possuir a segunda maior proporção de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo (40.3%) e, também, de pessoas com 8 anos de estudo ou mais (25.8%).

2. EDUCAÇÃO

2.1 - PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES,

SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Estudantes de 5 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	36 583 732	1 567 124	11 242 181	15 030 296	5 045 460	2 798 651
Urbana	28 772 580	1 567 124	7 179 246	14 095 051	3 678 691	2 252 468
Rural	7 811 152	...	4 062 935	1 835 245	1 366 789	546 183
Pessoas de 7 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	121 160 027	3 975 207	24 244 899	55 461 559	19 035 213	8 443 149
Urbana	91 124 956	3 975 207	20 042 750	47 877 588	12 902 051	6 327 360
Rural	30 035 071	...	4 202 149	7 583 971	6 133 162	2 115 789
Analfabetos de 7 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	24 368 623	597 485	13 457 854	6 618 176	2 173 597	1 522 011
Urbana	12 992 994	597 485	6 505 348	4 729 515	1 218 008	843 638
Rural	11 475 629	...	7 952 506	1 889 661	955 589	678 373
Pessoas de 10 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	110 250 211	3 561 244	30 643 273	50 076 230	17 434 478	7 634 986
Urbana	83 412 830	3 561 244	18 129 050	44 150 301	11 829 461	5 743 774
Rural	26 837 381	...	12 515 223	6 825 929	5 605 017	1 891 212
Analfabetos de 10 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	20 045 212	419 193	10 987 287	5 554 517	1 888 128	1 196 087
Urbana	10 574 031	419 193	4 460 391	3 985 861	1 049 500	659 086
Rural	9 471 181	...	6 526 896	1 568 656	839 628	537 001
Pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo						
Total	110 250 211	3 561 244	30 643 273	50 076 230	17 434 478	7 634 986
Sem inst. e menos de 1 ano	20 617 389	462 584	10 716 077	6 134 848	2 041 258	1 262 622
1 a 3 anos	25 361 078	987 876	8 056 633	10 723 853	3 872 507	1 820 209
4 a 7 anos	37 400 219	1 200 891	7 086 365	19 208 342	7 339 241	2 565 387
8 anos ou mais	26 778 801	1 001 164	4 759 970	14 880 211	4 167 387	1 368 066
Anos de estudo não determinados	87 599	8 569	25 225	21 617	14 082	18 106
Sem declaração	5 125	170	-	4 359	-	596

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

2. EDUCAÇÃO

2.2 - INDICADORES DE EDUCAÇÃO, POR GRANDES REGIÕES - 1990

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE EDUCAÇÃO (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Urbana	78.6	...	63.9	88.5	72.9	80.5
Rural	21.4	...	36.1	11.5	27.1	19.5
Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	20.1	...	39.3	11.9	11.4	18.0
Urbana	14.3	15.0	27.5	9.9	9.4	13.3
Rural	38.2	...	56.0	24.9	15.6	32.1
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	18.2	...	35.9	10.9	10.8	15.7
Urbana	12.7	11.8	24.6	9.0	8.9	11.5
Rural	35.3	...	52.2	23.0	15.0	28.4
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo						
Total (3)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Sem instrução e menos de 1 ano.	18.7	13.0	35.0	12.0	11.7	16.5
1 a 3 anos	23.0	24.9	26.3	21.1	22.2	23.8
4 a 7 anos	33.9	33.7	23.1	27.7	42.1	33.6
8 anos ou mais	24.3	28.1	15.5	29.2	23.9	25.8

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração.

2. EDUCAÇÃO

2.3 - INDICADORES DE EDUCAÇÃO - 1981-1989

BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE EDUCAÇÃO (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais, por situação do domicílio								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	78,7	77,9	78,1	78,3	77,8	77,9	78,2	78,6
Rural	21,3	22,2	21,9	21,7	22,2	22,1	21,8	21,4
Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais, por situação do domicílio								
Total	24,9	24,1	23,1	22,4	21,5	21,5	20,5	20,1
Urbana	17,5	16,7	16,0	15,4	14,6	15,0	14,2	14,3
Rural	44,0	44,0	42,5	41,8	40,7	40,3	39,1	38,2
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais, por situação do domicílio								
Total	22,3	21,5	20,8	20,2	19,5	19,3	18,5	18,2
Urbana	15,4	14,6	14,2	13,7	13,1	13,1	12,6	12,7
Rural	40,8	40,6	39,3	38,7	37,6	37,2	36,1	35,3
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo								
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	23,1	22,0	21,5	20,8	20,0	19,7	19,0	18,7
1 a 3 anos	26,5	25,5	25,2	24,5	24,3	23,8	23,7	23,0
4 a 7 anos	32,0	32,5	32,5	33,0	33,2	33,3	33,3	33,9
8 anos ou mais	18,3	19,8	20,6	21,5	22,3	23,0	23,8	24,3

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração.

3. TRABALHO

ASPECTOS GLOBAIS

Em 1983, quando a crise econômica iniciada em 1979 atingiu o seu auge, o País conviveu com as mais altas taxas de desocupação masculina (4,9%) e feminina (4,8%) da década de 80. Nos anos seguintes estas taxas foram declinando, à medida que a economia do País se recuperava, alcançando em 1986 o seu melhor ano. Nesse ano as taxas de desocupação masculina (2,3%) e feminina (2,7%) foram as menores do decênio. Nos dois anos seguintes estes indicadores subiram, ultrapassando os de 1985, mas sem retornar aos níveis de 1984, e voltaram a declinar em 1989. Nesse último ano, as taxas de desocupação masculina (3,1%) e feminina (2,9%) superaram apenas as de 1986.

A crise econômica em curso no princípio da década de 80, também ocasionou uma forte retração no mercado de trabalho formal. Um indicativo deste fato foi a redução da proporção de empregados com carteira de trabalho assinada na população ocupada no País. Este indicador passou de 37,3% em 1981 para 34,3% em 1983 e, nos anos seguintes, cresceu continuamente, tendo em 1986 sobrepujado o de 1981. Em 1989 esta proporção alcançou 39,1%.

Apresentando comportamento oposto a este último indicador, a participação dos empregados sem carteira de trabalho assinada na população ocupada do País aumentou de 1981 para 1983, quando situou-se em 30,7%, decrescendo nos anos seguintes até atingir, em 1989, o mesmo valor de 1981 (26,9%).

A participação do conjunto formado pelos trabalhadores por conta-própria e empregadores na população ocupada do País pouco se alterou de 1981 (25,9%) para 1989 (26,2%).

Acompanhando a evolução da proporção de trabalhadores não remunerados na população ocupada do País pôde-se perceber que este indicador sofreu uma diminuição de nível em 1986, que perdurou até 1989.

A queda na proporção de contribuintes de instituto de previdência na população ocupada do País estendeu-se até 1984, quando este indicador reduziu-se a 46,8%. Em 1986 a proporção de contribuintes recuperou o valor de 1981 (49,9%) e, em 1989, ficou em 50,6%. Estes resultados mostraram que a cobertura previdenciária à população ocupada não teve avanço relevante entre 1981 e 1989.

Em 1983, em decorrência da rigorosa seca que assolou o nordeste brasileiro, um contingente expressivo de mão-de-obra agrícola foi deslocada para as frentes de trabalho e ocupado na construção de estradas, barragens e açudes. Este deslocamento provocou uma

redução expressiva na proporção de pessoas ocupadas em atividade agrícola e um conseqüente aumento na de ocupados na construção civil, que se refletiu nos resultados encontrados para o País.

Os efeitos da desativação das frentes de trabalho no nordeste foram sentidos em 1984, quando a proporção de pessoas ocupadas em atividade agrícola no País aproximou-se do nível de 1981. A partir de 1985 este indicador reassumiu a sua tendência acentuatadamente decrescente, já observada antes da década de 80. Este indicador passou de 29,3% em 1981 para 27,1% em 1983, elevando-se para 29,8% em 1984 e baixando para 23,1% em 1989. A construção civil, que em 1981 absorvia 8,1% da população ocupada no País, teve a sua participação elevada para 9,6% em 1983, decrescendo para 5,8% em 1984 e 1985 e oscilando entre 6,5% e 6,2% de 1986 a 1989. Estes resultados revelaram uma retração da ocupação de mão-de-obra na construção civil.

No início da década de 80 a recessão econômica afetou sensivelmente a indústria de transformação, que foi sofrendo retração até o ponto culminante da crise em 1983. Em 1985 este setor começou a mostrar indícios seguros da recuperação firmada em 1986.

A proporção de pessoas ocupadas na indústria de transformação refletiu, de forma um pouco atenuada, a evolução deste setor. Este indicador, que estava em 16,6% em 1981, apresentou os menores valores em 1983 (15,8%) e 1984 (15,9%) e o maior em 1986. Em 1989 esta proporção alcançou 17,5%, quase igualando-se a de 1986.

Ao longo de toda a década de 80 a proporção de pessoas ocupadas no comércio mostrou sensível tendência de crescimento. Este indicador passou de 10,3% em 1981 para 12,3% em 1989.

Na década de 80 a cobertura proporcionada pela legislação trabalhista aos empregados em atividade agrícola apresentou um avanço notável. Entretanto, esta melhoria ainda foi insuficiente para que estes trabalhadores alcançassem situação idêntica a dos empregados em atividade não agrícola. No conjunto dos empregados em atividade agrícola, a proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada passou de 13,3% em 1981 para 22,0% em 1989, sendo este crescimento interrompido somente em 1983 (10,7%), que foi o pior ano da recessão econômica que abalou o País.

No que concerne aos empregados em atividade não agrícola, evidenciou-se uma retração na proporção das pessoas trabalhando sob as garantias proporcionadas pela legislação trabalhista. As pessoas com carteira de trabalho assinada representavam 67,1% dos empregados em atividade não agrícola em 1981, reduzindo-se a 60,7% em 1983. Após a elevação para 64,0% em 1984, este indicador pouco evoluiu, ficando praticamente estagnado

nos últimos anos do período. Em 1989 este percentual ficou em 65,0%, valor nitidamente inferior ao de 1981.

A década de 80 caracterizou-se, ainda, pelo intenso ingresso de mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Este fato pôde ser constatado através da tendência nitidamente ascendente da taxa de atividade feminina e da participação das mulheres nas populações economicamente ativa, ocupada e empregada.

A taxa de atividade feminina do País, que em 1981 estava em 32,9%, experimentou perceptível elevação de patamar em 1983, 1985 e 1987, situando-se em 38,7% em 1989. No que concerne à taxa de atividade masculina, a sua evolução não mostrou a mesma constância. Este indicador, que em 1981 estava em 74,6%, atingiu o seu valor máximo em 1987 (76,6%) e finalizou a década em 75,8%.

As mulheres representavam 31,3% da população economicamente ativa em 1981 e 35,2% em 1989. Na população de empregados a participação feminina passou de 32,2% em 1981 para 36,5% em 1989.

Por outro lado, pôde-se perceber que, ao longo de todo o decênio, a proporção de mulheres empregadas sob as garantias da legislação trabalhista foi menor que a dos homens empregados. As mulheres com carteira de trabalho assinada representavam 54,1% da população feminina empregada em 1981 e 55,1% em 1989. Na população masculina empregada, os homens com carteira de trabalho assinada eram 60,0% em 1981 e 61,8% em 1989.

ASPECTOS REGIONAIS

A exemplo dos anos anteriores, as marcantes diferenças regionais existentes no Brasil afloraram em diversos indicadores da força de trabalho de 1989. Nessas comparações inter-regionais não foram considerados os resultados referentes à Região Norte, por excluírem a população ocupada residente na área rural.

Em 1989 as taxas de desocupação regionais distribuíram-se em dois níveis nitidamente distintos. As taxas de desocupação, de ambos os sexos, das Regiões Sul e Centro-Oeste ficaram entre 2,4% e 2,6%, enquanto que as das Regiões Sudeste e Nordeste situaram-se entre 3,0% e 3,4%.

É interessante observar que em 1989 houve uma forte disparidade entre as taxas de desocupação masculina (3,4%) e feminina (2,6%) da área urbana da Região Norte, o que não ocorreu em 1988.

A distribuição das pessoas ocupadas por grupos etários mostrou que, em 1989, a **Região Nordeste** deteve as proporções mais elevadas de menores de idade (15,9%) e de idosos (6,3%), estando a maior parte destes dois contingentes concentrada em atividade agrícola.

Cabe lembrar que as pessoas idosas são menos propensas a se incorporarem ao contínuo êxodo nordestino, em fuga especialmente da pobreza do seu meio rural. Este fato propicia a existência de uma proporção de idosos na população ocupada da **Região Nordeste** que absolutamente não condiz com os seus indicadores de mortalidade e fecundidade.

O subdesenvolvimento econômico que persiste no nordeste brasileiro, transparece nos diversos indicadores referentes à sua força de trabalho, que é constituída, em sua maior parte, por pessoas que subsistem sem as mínimas garantias das leis trabalhistas e previdenciárias, especialmente no setor primário.

Na **Região Nordeste** encontraram-se as menores taxas de atividade masculina (74,3%) e feminina (35,8%).

Essa região deteve a maior proporção de pessoas ocupadas em atividade agrícola (39,5%) e as mais baixas participações nos demais setores de atividade. A população ocupada dessa região apresentou a segunda maior proporção de trabalhadores não remunerados (12,7%), que é uma categoria encontrada, predominantemente, no setor primário, e a proporção mais elevada de trabalhadores por conta-própria (29,8%).

As proporções de empregados com carteira de trabalho assinada (22,8%) e de contribuintes de instituto de previdência (29,3%) na população ocupada da **Região Nordeste** foram acentuadamente menores que as das demais regiões.

Na população empregada em atividade agrícola da **Região Nordeste**, somente 13,8% tinha carteira de trabalho assinada, enquanto que em atividade não agrícola este percentual foi de 50,8%. Estes dois percentuais também foram muito menores que os das demais regiões.

A participação feminina na população economicamente ativa da **Região Nordeste** (34,1%) superou apenas a da **Região Centro-Oeste**.

Quase a metade da força de trabalho da **Região Sudeste** está concentrada nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que são as maiores do País. Conseqüentemente, as características da população ocupada nessas três regiões metropolitanas, onde predominam as atividades dos setores secundário e terciário, influenciam sensivelmente as do total da **Região Sudeste**. Em especial destacava-se a

contribuição da Região Metropolitana de São Paulo que sedia o maior parque industrial brasileiro. Nessa região metropolitana a indústria de transformação absorve cerca de um terço da sua força de trabalho.

Na população ocupada da Região Sudeste encontrou-se, em 1989, a mais baixa proporção de menores de idade (9,6%) e a mais elevada de pessoas de 18 a 59 anos de idade (86,1%).

Essa região, em decorrência do seu alto grau de urbanização, deteve a proporção menos expressiva de pessoas ocupadas em atividade agrícola (12,2%). Na Região Sudeste encontrou-se, ainda, a maior proporção de ocupados na indústria de transformação (22,8%) e na construção civil (6,8%). A participação das pessoas ocupadas no comércio (12,6%) e na prestação de serviços e outras atividades terciárias (45,8%) dessa região foram inferiores somente às da Região Centro-Oeste. A população ocupada da Região Sudeste caracterizou-se, também, por possuir as proporções mais baixas de trabalhadores não remunerados (3,3%) e por conta-própria (16,8%) e as maiores proporções do total de empregados (75,0%), de empregados com carteira de trabalho assinada (49,4%) e de contribuintes de instituto de previdência (63,8%).

Nessa região observou-se a segunda maior proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada na população ocupada, tanto em atividade agrícola (28,0%) como em atividade não agrícola (59,8%).

A participação feminina na população economicamente ativa da Região Sudeste (35,7%) também foi a segunda maior do País.

Em 1989 as taxas de atividade masculina (79,3%) e feminina (43,7%) da Região Sul continuaram a ser as mais elevadas.

Essa região caracteriza-se por associar um forte setor primário a um parque industrial importante.

Na Região Sul a proporção de pessoas ocupadas no grupo de 16 a 59 anos de idade (83,2%) e na indústria de transformação (16,4%) foram inferiores, apenas às da Região Sudeste e a proporção de ocupados em atividade agrícola (30,6%) foi superada somente pela da Região Nordeste.

A Região Sul deteve a maior proporção de trabalhadores não remunerados na população ocupada (14,4%), o que é forte indicativo da importância dos empreendimentos familiares no setor primário sulista (basta visto que estes trabalhadores representavam 41,8% da população ocupada de atividade agrícola nessa região).

Na população ocupada da Região Sul a proporção de trabalhadores por conta-própria ficou em 10,1%, sendo superada, apenas, pela da Região Nordeste, enquanto que as proporções de empregados com carteira de trabalho assinada (59,8%) e de contribuintes de Instituto de Previdência (51,0%) foram somente inferiores às da Região Sudeste.

A Região Sul caracterizou-se, ainda, por deter a maior proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada na população empregada, tanto em atividade agrícola (31,0%) como em atividade não agrícola (73,0%). Estes dois últimos resultados indicaram que nessa região as relações de emprego garantidas pelas leis trabalhistas estavam mais difundidas que nas outras regiões. Ademais, esta ocorrência no setor primário, por si só, já distingue essa região de forma inequívoca da Região Nordeste.

A participação feminina na população economicamente ativa sulista foi a máxima (36,2%), sendo que o elevado contingente de mulheres ocupadas no setor primário deu uma significativa contribuição para a ocorrência desse resultado.

A Região Centro-Oeste apresentou, em 1989, uma taxa de atividade masculina (79,1%) próxima à da Região Sul, entretanto, a feminina (37,3%) superou apenas a da Região Nordeste.

A distribuição das pessoas ocupadas por grupos etários mostrou que a Região Centro-Oeste deteve a menor proporção de idosos (3,9%).

Nessa região encontraram-se as maiores proporções de pessoas ocupadas no comércio (13,6%) e na prestação de serviços e outras atividades terciárias (48,0%). A proporção de pessoas ocupadas em atividade agrícola (21,5%) superou, unicamente, a da Região Sudeste, o mesmo ocorrendo com a proporção de trabalhadores não remunerados (5,2%).

Na população ocupada da Região Centro-Oeste a proporção de trabalhadores por conta-própria (20,2%) superou, apenas, a da Região Sudeste, enquanto que as proporções de empregados com carteira de trabalho assinada (33,2%) e de contribuintes de Instituto de Previdência (44,1%) ultrapassaram somente as da Região Nordeste.

A proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada na população empregada da Região Centro-Oeste superou somente a da Região Nordeste, tanto em atividade agrícola (22,1%) como em atividade não agrícola (54,3%).

Cabe destacar que a Região Centro-Oeste foi a que apresentou a menor participação feminina na população economicamente ativa (32,9%).

3. TRABALHO

3.1 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES,
SEGUNDO O SEXO E A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 1989

SEXO E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE									
	Brasil (1)	Grandes Regiões								
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste				
TOTAL	110 250 211	3 561 244	30 643 273	50 976 230	17 434 478	7 634 986				
Economicamente ativas	62 513 176	1 907 317	16 669 963	28 836 950	10 682 388	4 416 558				
Ocupadas	60 621 934	1 847 927	16 130 023	27 914 949	10 424 836	4 304 199				
Desocupadas	1 891 242	59 390	539 940	922 001	257 552	112 359				
Não economicamente ativas	47 737 035	1 653 927	13 973 310	22 139 280	6 752 090	3 218 428				
Homens	53 493 599	1 698 135	14 788 202	24 668 443	8 592 650	3 746 169				
Economicamente ativas	40 523 550	1 205 017	10 992 088	18 545 130	6 816 897	2 964 418				
Ocupadas	39 279 102	1 163 884	10 621 623	17 949 941	6 653 348	2 890 306				
Desocupadas	1 244 448	41 133	370 465	595 189	163 549	74 112				
Não economicamente ativas	47 737 035	493 118	3 796 114	6 123 313	1 775 753	781 751				
Mulheres	56 756 612	1 863 109	15 855 071	26 307 787	8 841 828	3 888 817				
Economicamente ativas	21 989 626	702 300	5 677 875	10 291 820	3 865 491	1 452 140				
Ocupadas	21 342 832	684 043	5 508 400	9 965 008	3 771 488	1 413 893				
Desocupadas	646 794	18 257	169 475	326 812	94 003	38 247				
Não economicamente ativas	34 766 986	1 160 809	10 177 196	16 015 967	4 976 337	2 436 677				

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

3. TRABALHO

3.2 - INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES - 1989

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Taxa de atividade						
Total	56.7	53.6	54.4	56.6	61.3	57.8
Homens	75.8	70.9	74.3	75.2	79.3	79.1
Mulheres	38.7	37.7	35.8	39.1	43.7	37.3
Taxa de desocupação						
Total	3.0	3.1	3.2	3.2	2.4	2.5
Homens	3.1	3.4	3.4	3.2	2.4	2.5
Mulheres	2.9	2.6	3.0	3.2	2.4	2.6
Distribuição das pessoas economi- camente ativas, por sexo						
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Homens	64.8	63.2	65.9	64.3	63.8	67.1
Mulheres	35.2	36.8	34.1	35.7	36.2	32.9

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural.

3. TRABALHO

3.3 - INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS
DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE - 1981-1989
BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Taxa de atividade								
Total	53,4	54,8	54,8	56,1	55,8	57,1	56,8	56,7
Homens	74,6	74,8	74,6	76,0	75,7	76,6	75,9	75,8
Mulheres	32,9	35,6	35,6	36,9	36,8	38,6	38,7	38,7
Taxa de desocupação								
Total	4,3	4,9	4,3	3,4	2,4	3,6	3,8	3,0
Homens	4,2	4,9	4,1	3,2	2,3	3,4	3,6	3,1
Mulheres	4,4	4,8	4,6	3,8	2,7	4,0	4,2	2,9
Distribuição das pessoas economicamente ativas, por sexo								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	68,7	67,0	66,9	66,5	66,2	65,3	64,9	64,8
Mulheres	31,3	33,0	33,1	33,5	33,8	34,7	35,1	35,2

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se a população da área rural da Região Norte.

3. TRABALHO

3.4 - PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	PESSOAS OCUPADAS					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	60 621 354	1 847 927	16 130 023	27 914 949	10 424 836	4 304 199
Sexo						
Homens	39 279 102	1 163 894	10 621 623	17 949 941	6 653 348	2 890 306
Mulheres	21 342 832	684 043	5 508 400	9 965 008	3 771 488	1 413 893
Grupos de idade						
10 a 17 anos	7 316 636	190 137	2 561 591	2 680 152	1 314 332	570 424
18 a 59 anos	50 409 147	1 576 531	12 552 384	24 041 211	8 673 476	3 565 545
60 anos ou mais	2 890 980	81 088	1 015 373	1 189 463	437 028	168 028
Idade ignorada	5 171	171	675	4 123	-	202
Posição na ocupação						
Empregado	39 991 230	1 248 082	8 795 754	20 934 334	6 078 052	2 935 008
Com carteira assinada	23 717 955	649 941	3 681 062	13 782 071	4 148 767	1 456 114
Sem carteira assinada	16 273 275	598 141	5 114 692	7 152 263	1 929 285	1 478 894
Conta-própria	13 268 161	442 633	4 813 187	4 724 281	2 410 165	677 895
Empregador	2 538 758	91 706	479 001	1 328 604	432 595	266 952
Não remunerado	4 760 384	64 912	2 040 466	927 023	1 503 804	221 179
Sem declaração	3 401	564	1 615	707	220	265
Contribuição para instituto de previdência						
Contribuintes	30 649 419	886 062	4 724 237	17 823 386	5 317 212	1 898 522
Não contribuintes	29 967 836	960 929	11 403 470	10 090 621	5 107 404	2 405 412
Sem declaração	4 679	936	2 316	942	220	265
Ramos de atividade						
Agrícola	14 034 883	136 276	6 372 892	3 416 819	3 186 559	922 337
Indústria de transformação	9 653 023	240 954	5 511 790	5 975 685	1 576 971	317 623
Ind. da construção	3 785 981	127 924	817 407	1 912 331	643 141	285 178
Outras ativ. industriais	929 254	49 557	230 279	383 676	139 071	126 671
Comércio de mercadorias	7 436 943	327 735	1 782 461	3 509 586	1 231 696	585 465
Prestação de serviços	10 675 894	370 932	2 314 619	5 521 113	1 567 353	901 876
Serviços auxiliares da atividade econômica	1 936 511	65 056	274 019	1 159 804	291 295	146 367
Transporte e comunicação	2 273 669	98 097	449 323	1 212 842	353 354	160 053
Social	5 271 609	215 085	318 971	2 591 511	745 806	400 206
Administração pública	2 875 164	165 174	774 203	1 194 794	414 065	326 928
Outras atividades	1 748 973	51 136	254 059	1 036 758	275 525	131 495

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural.

3. TRABALHO

3.5 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (3)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	64,8	63,0	65,9	64,3	63,8	67,2
Mulheres	35,2	37,0	34,1	35,7	36,2	32,8
Grupos de idade						
10 a 17 anos	12,1	10,3	15,9	9,6	12,6	13,3
18 a 59 anos	63,1	65,3	77,8	86,1	93,2	82,9
60 anos ou mais	4,8	4,4	6,3	4,3	4,2	3,9
Posição na ocupação						
Empregado	66,0	67,5	54,5	75,0	59,3	68,2
Com carteira assinada	39,1	35,2	22,9	49,4	39,8	33,8
Sem carteira assinada	26,9	32,3	31,7	25,6	19,5	34,4
Conta-própria	21,9	24,0	29,8	16,9	23,1	20,4
Empregador	4,3	5,0	3,0	4,8	4,2	6,2
Não remunerado	7,8	3,5	12,7	3,3	14,4	5,2
Contribuição para instituto de previdência						
Contribuintes	50,6	47,9	29,3	63,3	51,0	44,1
Não Contribuintes	49,4	52,0	70,7	36,1	49,0	55,9
Ramos de atividade						
Agrícola	23,1	7,4	39,5	12,2	30,6	21,5
Indústria de transformação (4) ..	17,5	15,7	11,0	22,8	16,4	10,3
Indústria da construção	6,2	6,9	5,1	6,8	6,2	6,6
Comércio de mercadorias	12,3	17,7	11,0	12,6	11,8	13,6
Prestação de serviços e outros ..	40,9	52,3	33,4	45,6	35,0	48,0

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas sem declaração de idade, posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência. (4) Inclusive outras atividades industriais.

3. TRABALHO

3.6 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1981-1989

BRASIL

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
Homens	68,8	67,0	67,0	66,6	66,3	65,4	65,1	64,8
Mulheres	31,2	33,0	33,0	33,4	33,7	34,6	34,9	35,2
Grupos de idade								
10 a 17 anos	14,2	13,1	12,6	12,9	12,7	12,2	11,9	12,1
18 a 59 anos	81,3	82,4	82,7	82,6	83,0	83,1	83,3	83,1
60 anos ou mais	4,5	4,5	4,5	4,5	4,3	4,7	4,8	4,8
Posição na ocupação								
Empregado (2)	64,2	65,0	63,8	64,5	66,1	66,0	66,1	66,0
Com carteira assinada ...	37,3	34,3	35,0	36,4	38,2	38,5	38,8	39,1
Sem carteira assinada ...	26,9	30,7	28,8	28,1	27,9	27,5	27,3	26,9
Conta-própria	22,7	22,6	23,3	22,8	22,9	22,6	23,0	21,9
Empregador	3,2	3,1	3,3	3,2	3,4	3,5	3,3	4,3
Não remunerado	9,9	9,3	9,6	9,5	7,6	7,9	7,6	7,8
Contribuição para instituto de previdência								
Contribuintes	49,9	47,7	46,8	47,2	49,9	49,4	50,7	50,6
Não Contribuintes	50,1	52,3	53,2	52,8	50,1	50,6	49,3	49,4
Ramos de atividade								
Agrícola	29,3	27,1	29,0	28,6	25,8	24,6	24,2	23,1
Indústria de transforma- ção (3)	15,6	15,8	15,9	16,3	17,7	17,2	17,0	17,5
Indústria da construção	8,1	9,6	5,8	5,8	6,5	6,6	6,3	6,2
Comércio de mercadorias ...	10,3	10,5	10,7	10,9	11,3	11,6	11,6	12,3
Prestação de serviços e outros	35,7	37,0	37,5	36,4	38,7	40,0	40,9	40,9

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de idade, posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência. (2) Inclusive os empregados sem declaração de posse de carteira de trabalho assinada. (3) Inclusive outras atividades industriais.

3. TRABALHO

3.7 - EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO,

A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1989

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	39 991 230	1 248 062	8 795 754	20 934 334	6 078 052	2 935 008
Com carteira assinada .	23 717 955	749 941	3 661 062	13 782 071	4 148 767	1 456 114
Sem carteira assinada .	16 273 275	598 141	5 114 692	7 152 263	1 929 285	1 478 894
Sexo						
Homens	25 396 250	747 521	5 659 820	13 302 311	2 804 932	1 881 666
Com carteira assinada .	15 682 954	598 629	2 350 115	9 247 797	2 747 153	939 260
Sem carteira assinada .	9 713 296	348 892	3 309 705	4 054 514	1 057 779	942 406
Mulheres	14 594 980	500 561	3 135 934	7 632 023	2 273 120	1 053 342
Com carteira assinada .	8 035 001	251 312	1 330 947	4 534 274	1 401 614	516 854
Sem carteira assinada .	6 559 979	249 249	1 804 987	3 097 749	871 506	536 488
Atividade						
Agrícola	5 258 622	46 309	2 120 855	1 974 642	685 828	430 988
Com carteira assinada .	1 156 396	3 769	291 806	553 598	212 421	95 412
Sem carteira assinada .	4 101 626	42 540	1 829 049	1 421 054	473 407	335 576
Não agrícola	34 732 608	1 201 773	6 674 899	16 959 692	5 392 224	2 504 020
Com carteira assinada .	22 560 959	646 172	3 389 256	13 228 483	3 936 346	1 360 702
Sem carteira assinada .	12 171 649	555 601	3 285 643	5 731 209	1 455 878	1 143 318

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusivo a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo a população da área rural.

3. TRABALHO

3.8 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES.

SEGUNDO O SEXO, A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE
TRABALHO ASSINADA - 1989

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	63,5	59,9	64,3	63,5	62,6	64,1
Mulheres	36,5	40,1	35,7	36,5	37,4	35,9
Atividade						
Agrícola	13,1	3,7	24,1	9,4	11,3	14,7
Não agrícola	86,9	96,3	75,9	90,6	88,7	85,3
Posse de carteira assinada						
Possuíam	59,3	52,1	41,9	65,8	68,3	49,6
Não Possuíam	40,7	47,9	58,1	34,2	31,7	50,4
Homens						
Com carteira assinada ..	61,8	53,3	41,5	69,5	72,2	49,9
Sem carteira assinada ..	38,2	46,7	58,5	30,5	27,8	50,1
Mulheres						
Com carteira assinada ..	55,1	50,2	42,4	59,4	61,7	49,1
Sem carteira assinada ..	44,9	49,8	57,6	40,6	38,3	50,9
Atividade agrícola						
Com carteira assinada ..	22,0	8,1	13,8	28,0	31,0	22,1
Sem carteira assinada ..	78,0	91,9	86,2	72,0	69,0	77,9
Atividade não agrícola						
Com carteira assinada ..	65,0	53,8	50,8	69,8	73,0	54,3
Sem carteira assinada ..	35,0	46,2	49,2	30,2	27,0	45,7

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural.

3. TRABALHO

3.9 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO O SEXO, A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1981-1989

BRASIL

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
Homens	67,8	66,6	65,9	65,6	65,0	64,4	64,1	63,5
Mulheres	32,2	33,4	34,1	34,4	35,0	35,6	35,9	36,5
Atividade								
Agrícola	16,7	15,8	18,1	16,9	15,3	14,8	14,2	13,1
Não agrícola	83,3	84,2	81,9	83,1	84,7	85,2	85,8	86,9
Posse de carteira assinada								
Possuíam	58,1	52,8	54,9	56,5	57,8	58,3	58,7	59,3
Não possuíam	41,9	47,2	45,1	43,5	42,2	41,7	41,3	40,7
Homens (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada ...	60,0	54,5	57,5	59,4	60,3	60,6	61,2	61,8
Sem carteira assinada ...	40,0	45,5	42,5	40,6	39,7	39,2	38,8	38,2
Mulheres (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada ...	54,1	49,3	49,9	51,0	53,3	53,6	54,3	55,1
Sem carteira assinada ...	45,9	50,7	50,1	49,0	46,7	46,4	45,7	44,9
Atividade agrícola (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada ...	13,3	10,7	13,7	17,3	17,7	20,4	20,5	22,0
Sem carteira assinada ...	86,7	89,3	86,3	82,7	82,3	79,6	79,5	78,0
Atividade não agrícola (1) ...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada ...	67,1	60,7	64,0	64,5	65,1	64,8	65,0	65,0
Sem carteira assinada ...	32,9	39,3	36,0	35,5	34,9	35,2	35,0	35,0

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive os empregados sem declaração de posse de carteira de trabalho assinada.

4. FAMÍLIA

ASPECTOS GERAIS

Os resultados da década de 80 mostraram haver uma tendência de redução no tamanho das famílias no País. O número médio de pessoas por família reduziu-se, gradualmente, de 4,3 em 1981 para 3,9 em 1989.

Esta queda também pôde ser constatada através da distribuição das famílias por número de componentes.

Ao longo do decênio, as proporções de famílias com até 2 pessoas e com 3 e 4 pessoas apresentaram acentuada tendência ascendente, enquanto que a de famílias com 5 e 6 componentes manteve-se estável, mas já mostrando indicio de queda no último ano do período. Ademais, a proporção de famílias com 7 membros ou mais sofreu pronunciada retração nesse período.

De 1981 para 1989 a proporção de famílias com até 2 componentes cresceu de 22,6% para 25,8%, a de famílias com 3 e 4 membros aumentou de 38,5% para 42,1% e a de famílias com 7 pessoas ou mais declinou de 15,7% para 9,6%.

A proporção de famílias, no País, com apenas uma pessoa ocupada mostrou evidente decréscimo, tendo passado de 47,1% em 1981 para 43,3% em 1989, enquanto que a de famílias com 2 pessoas ocupadas subiu de 24,3% em 1981 para 29,0% em 1989. Não se observou, de 1981 para 1989, oscilação de destaque entre os resultados da proporção de famílias com 3 ou mais pessoas ocupadas. A intensificação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho pode ter sido um dos fatores que influenciaram estes resultados.

Ao longo da década de 80 observou-se, ainda, uma elevação na proporção de famílias cujos chefes eram mulheres. Em 1981 este indicador estava em 16,9% e, em 1989, atingiu 20,1%.

ASPECTOS REGIONAIS

Considerando as distinções existentes entre as composições das famílias residentes nos meios urbano e rural, as comparações inter-regionais que se seguem não levam em conta os resultados da Região Norte, pesquisada, apenas, em áreas urbanas.

Os indicadores de 1989 confirmaram que o maior número médio de pessoas por família (4,4) foi o da Região Nordeste. Nessa região encontraram-se as menores proporções de famílias com até 2 pessoas (23,0%) e com 3 e 4 pessoas (36,1%) e, destacadamente, a mais elevada proporção de famílias com 7 componentes ou mais (16,7%).

Na Região Nordeste observaram-se as menores proporções de famílias com 1 só pessoa ocupada (43,3%) e 2 pessoas ocupadas (25,9%).

A maior proporção de famílias cujos chefes eram mulheres foi, também, a da Região Nordeste (21,2%), podendo-se supor que a emigração masculina, mais intensa que a feminina, seja um dos fatores retratados neste resultado.

As Regiões Sul e Sudeste tiveram o mesmo número médio de pessoas por família (3,7) em 1989. Essas duas regiões foram as que apresentaram as mais próximas distribuições das famílias por número de componentes.

A Região Sul deteve a segunda maior proporção de famílias com até 2 componentes (26,0%) e a máxima de famílias com 3 e 4 pessoas (46,1%). Nessa região encontrou-se, também, a segunda menor proporção de famílias com 5 e 6 membros (22,0%) e a mínima de famílias com 7 pessoas ou mais (5,9%).

Nessa região constataram-se as maiores proporções de famílias com 2 pessoas ocupadas (32,2%) e com 3 pessoas ocupadas ou mais (18,3%) e, ainda, a mais baixa proporção de famílias com uma só pessoa ocupada (39,6%). A maior participação feminina na força de trabalho dessa região pode ter sido um dos fatores que contribuíram para este resultado.

Encontrou-se, também, na Região Sul a menor proporção de famílias cujos chefes eram mulheres (16,6%).

A Região Sudeste apresentou a proporção máxima de famílias com até 2 pessoas (27,7%) e a segunda maior de famílias com 3 e 4 componentes (44,3%). Nessa região encontrou-se, ainda, a proporção mínima de famílias com 5 e 6 membros (21,4%) e a segunda menor de famílias com 7 pessoas ou mais (6,6%).

Essa região distinguiu-se por ter a menor proporção de famílias com 3 pessoas ocupadas ou mais (15,6%). Na Região Sudeste constatou-se, também, a segunda maior proporção de famílias cujos chefes eram mulheres (20,7%).

O número médio de pessoas por família da Região Centro-Oeste ficou em 4,0. Essa região apresentou a maior proporção de famílias com 1 só pessoa ocupada (47,4%).

4. FAMÍLIA

4.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	36 655 211	1 122 871	9 629 579	17 347 723	6 019 717	2 535 321
Número de componentes (3)						
1 e 2 pessoas	9 452 318	254 016	2 213 528	4 799 147	1 566 095	619 232
3 pessoas	7 617 361	209 490	1 754 967	3 796 327	1 377 351	479 218
4 pessoas	7 808 653	217 012	1 725 601	3 896 094	1 394 102	575 844
5 e 6 pessoas	8 258 515	277 912	2 327 904	3 704 172	1 324 668	623 859
7 pessoas ou mais	3 518 364	164 433	1 607 579	1 151 983	357 201	237 168
Número de componentes ocupados (3)						
1 pessoa ocupada	15 852 911	521 201	4 167 313	7 579 109	2 383 781	1 201 507
2 pessoas ocupadas	10 623 944	334 618	2 592 785	5 059 204	1 940 821	706 516
3 pessoas ocupadas ou mais	6 111 384	168 045	1 704 843	2 702 272	1 104 050	432 174
Sexo do chefe						
Homens	29 277 843	856 222	7 591 374	13 756 759	5 018 734	2 054 904
Mulheres	7 377 368	266 649	2 038 205	3 590 964	1 000 983	480 417

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se as famílias residentes na área rural da Região Norte. (2) Exclui-se as famílias residentes na área rural. (3) Exclui-se pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

4. FAMÍLIA

4.2 - INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES - 1989

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Número médio de pessoas, por família	3,9	4,3	4,4	3,7	3,7	4,0
Distribuição das famílias, por número de componentes (3)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 e 2 pessoas	25,8	22,6	23,0	27,7	26,0	24,4
3 e 4 pessoas	42,1	38,0	36,1	44,3	46,1	41,6
5 e 6 pessoas	22,5	24,8	24,2	21,4	22,0	24,6
7 pessoas ou mais	9,6	14,6	16,7	6,6	5,9	9,4
Proporção de famílias, por número de componentes ocupados (3)						
1 pessoa ocupada	43,3	46,4	43,3	43,7	39,6	47,4
2 pessoas ocupadas	29,0	29,8	26,9	29,2	32,2	27,9
3 pessoas ocupadas ou mais	16,7	15,0	17,7	15,6	18,3	17,0
Distribuição das famílias, por sexo do chefe						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	79,9	76,3	78,8	79,3	83,4	81,1
Mulheres	20,1	23,7	21,2	20,7	16,6	18,9

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se as famílias residentes na área rural da Região Norte. (2) Exclui-se as famílias residentes na área rural. (3) Exclui-se pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

4. FAMÍLIA

4.3 - INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - 1981 - 1989

BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Número médio de pessoas, por família	4,3	4,2	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9
Distribuição das famílias, por número de componentes (1)								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 e 2 pessoas	23,6	23,7	24,8	24,6	24,3	24,9	25,0	25,8
3 e 4 pessoas	38,5	39,3	39,5	40,1	40,6	41,1	41,8	42,1
5 e 6 pessoas	23,2	23,1	22,9	23,0	23,2	23,0	23,0	22,5
7 pessoas ou mais	15,7	13,9	12,8	12,3	11,9	11,0	10,2	9,6
Proporção de famílias, por número de componentes ocupados (1)								
1 pessoa ocupada	47,1	46,1	46,5	45,2	44,8	44,2	43,8	43,3
2 pessoas ocupadas	24,9	26,2	26,0	27,1	27,7	28,5	28,8	29,0
3 pessoas ocupadas ou mais	17,0	16,2	15,9	17,0	17,2	16,9	16,7	16,7
Distribuição das famílias, por sexo do chefe								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	83,1	82,6	81,6	81,8	81,1	80,9	80,1	79,2
Mulheres	16,9	17,4	18,4	18,2	18,9	19,1	19,9	20,1

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se as famílias residentes na área rural da Região Norte

(1) Exclui-se pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

5. DOMICÍLIO

ASPECTOS GERAIS

A proporção de domicílios particulares permanentes situados em área rural decresceu no período de 1981 a 1989 no País, a exemplo do que foi observado para a população residente. Localizavam-se em área rural 26,3% dos domicílios particulares permanentes, existentes em 1981, tendo esta proporção decrescido para 23,3% em 1989.

Ao longo da década de 80 o País experimentou nitida melhoria nas condições de abastecimento d'água e coleta de lixo residencial, bem como na eletrificação das habitações. De 1981 para 1989 a proporção de domicílios servidos por rede geral de abastecimento d'água elevou-se de 60,1% para 72,7%, a de domicílios que tinham lixo coletado aumentou, de 49,2% para 62,9% e a de domicílios que dispunham de iluminação elétrica subiu de 74,9% para 86,9%.

Em 1981 constatou-se, também, que as casas representavam 82,0% dos domicílios, os apartamentos abarcavam 7,1%, as habitações rústicas constituíam 9,9% e os quartos ou cômodos compreendiam somente 1,0%. Ao longo do decênio a proporção de casas manteve-se estável e a de habitações rústicas reduziu-se nitidamente, chegando a 5,8% em 1989. A proporção de apartamentos cresceu até alcançar 9,8% em 1989, sendo que esta evolução pode ser vista como um indicativo de concentração da população em grandes centros urbanos, onde este tipo de habitação é mais comum.

A distribuição dos domicílios por condição de ocupação revelou que em 1981, no País, 56,0% das habitações eram próprias já quitadas. Este indicador manteve-se estável no primeiro quinquênio do decênio e, no seguinte, começou a apresentar indícios de crescimento, tendo atingido 58,4% em 1989. A proporção de domicílios próprios em aquisição subiu de 6,4% em 1981 para 7,5% em 1983 e, a partir daí, não apresentou mudança de nível, ficando em 7,4% em 1989. Observou-se, ainda, sensível tendência de declínio na proporção de domicílios alugados, que passou de 22,8% em 1981 para 19,5% em 1989, e estabilidade na de domicílios cedidos e de outra condição.

A abrangência da difusão de informações através de rádio e televisão pôde ser captada a partir de 1988 com a introdução do levantamento da existência destes dois bens nos domicílios brasileiros. De 1988 para 1989 já foi possível vislumbrar incremento na proporção de domicílios onde havia rádio (de 82,0% para 83,4%) e televisão (de 71,5% para 72,6%).

A proporção de domicílios onde havia geladeira ascendeu continuamente de 56,6% em 1981 para 70,1% em 1989. Em 1981 existia filtro em 51,7% dos domicílios e fogão em 92,6%. Em 1989 estas proporções atingiram, respectivamente, 56,8% e 95,6%.

ASPECTOS REGIONAIS

As comparações efetuadas entre as regiões não levaram em conta os resultados referentes à **Região Norte**, por não abarcarem as informações referentes a área rural que, certamente, teriam efeitos sensíveis no total dessa região.

A **Região Sudeste** é, inegavelmente, a de maior grau de urbanização do País. Em 1989 estavam localizados em área urbana 87,4% dos seus domicílios particulares permanentes.

Em decorrência da expressiva concentração da sua população em centros urbanos de grande porte, a **Região Sudeste** deteve a mais elevada proporção de domicílios do tipo apartamento (13,7%). Essa região apresentou, também a menor proporção de habitações rústicas (1,7%) e, destacadamente, a maior proporção de domicílios alugados (24,8%).

Na **Região Sudeste** encontraram-se os melhores resultados em termos de condições de abastecimento d'água, coleta de lixo residencial e iluminação elétrica dos domicílios. Em 1989, do total de domicílios dessa região, 85,9% eram abastecidos por rede geral de água, 77,3% tinham lixo coletado e 95,2% eram dotados de iluminação elétrica.

A **Região Sudeste** apresentou, ainda, a maior proporção de domicílios onde havia geladeira (83,2%) e televisão (85,0%). As proporções de domicílios que tinham filtro (70,5%), fogão (99,1%) e rádio (90,2%) dessa região foram as segundas maiores, ficando muito próximas das mais elevadas.

Na **Região Nordeste** 40,9% dos domicílios particulares permanentes situavam-se, em 1989, em área rural.

Os resultados obtidos para a **Região Nordeste** foram, em sua grande maioria, os mais desfavoráveis, refletindo condições de vida muito aquém das vigentes nas demais regiões.

Nessa região encontrou-se as menores proporções de domicílios que tinham água fornecida por rede geral (51,3%), lixo coletado (38,8%), iluminação elétrica (68,7%), fogão (87,0%), geladeira (40,4%), rádio (68,9%) e televisão (46,5%). A proporção de domicílios onde havia filtro (51,8%) foi a segunda menor.

A proporção de habitações rústicas da **Região Nordeste** foi, destacadamente, a mais elevada (15,8%). Essa região deteve, também, as menores proporções de casas (78,4%) e apartamentos (4,3%).

A **Região Nordeste** caracterizou-se, também, por apresentar as menores proporções de domicílios próprios em aquisição (5,5%) e alugados (12,8%) e a maior proporção de domicílios próprios já quitados (67,3%).

Em 1989 situavam-se em área rural 29,8% dos domicílios particulares permanentes da **Região Sul**.

As proporções de domicílios abastecidos por água proveniente de rede geral (69,8%), que tinham lixo coletado (62,5%) e com iluminação elétrica (92,1%) dessa região foram superadas somente pelas da **Região Sudeste**. A **Região Sul** destacou-se por ter uma proporção de domicílios rurais com iluminação elétrica superior às das demais regiões, propiciando o uso de bens que utilizam este tipo de energia.

A **Região Sul** deteve as proporções máximas de domicílios onde havia fogão (99,4%) e rádio (90,4%). As proporções de domicílios que possuíam geladeira (79,9%) e televisão (79,2%) dessa região foram suplantadas, unicamente, pelas da **Região Sudeste**. Contudo, a **Região Sul** apresentou a menor proporção de domicílios onde existia filtro (21,1%).

Essa região caracterizou-se, também, por apresentar a maior proporção de casas (86,4%).

Em 1989, cerca de um quarto dos domicílios da **Região Centro-Oeste** situavam-se em área rural.

Nessa região encontrou-se a menor proporção de domicílios próprios já quitados (49,8%). Também verificou-se na **Região Centro-Oeste** as maiores proporções de domicílios em aquisição (9,9%) e de cedidos e outra forma de ocupação (20,9%).

Essa região deteve, ainda, a proporção máxima de domicílios onde havia filtro (71,1%).

5. DOMICÍLIO

5.1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR GRANDES REGIÕES,

SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	34 339 181	991 936	8 966 785	16 308 615	5 681 794	2 390 591
Situação do domicílio						
Urbana	26 326 320	991 936	5 300 017	12 258 777	3 989 365	1 786 765
Rural	8 012 861	-	3 666 768	2 049 838	1 692 429	603 826
Tipo						
Casa	28 374 133	853 112	7 028 124	13 567 938	4 911 488	2 013 471
Apartamento	3 391 012	48 975	384 670	2 230 216	561 244	165 907
Rústico	1 979 548	37 617	1 420 441	275 733	105 626	140 131
Quarto ou cômodo	593 800	51 692	133 550	234 040	103 436	71 082
Sem declaração	688	-	-	688	-	-
Condição de ocupação						
Próprio já pago	20 051 537	658 947	6 032 113	8 677 093	3 492 266	1 191 118
Próprio em aquisição	2 538 029	62 206	490 554	1 242 750	497 291	235 198
Alugado	6 715 663	182 709	1 147 031	2 044 451	876 368	464 502
Cedido e outro	5 035 050	87 363	1 294 539	2 340 384	813 728	499 036
Sem declaração	8 902	171	2 548	3 907	1 541	735
Forma de abastecimento d'água						
Rede geral	24 960 940	803 027	4 601 640	12 008 170	3 967 523	1 580 580
Outra	9 376 620	188 369	4 364 212	2 299 757	1 714 271	810 011
Sem declaração	1 621	-	933	688	-	-
Destino do lixo						
Coletado	21 607 930	575 748	3 478 937	12 603 955	3 550 605	1 398 685
Outro	12 725 246	415 307	5 484 195	3 703 079	2 131 189	991 476
Sem declaração	6 005	341	3 653	1 581	-	430
Existência de:						
Iluminação elétrica	29 853 770	930 648	6 157 333	15 531 277	5 234 910	1 999 602
Filtro	19 507 124	460 904	4 646 211	11 498 431	1 201 524	1 699 954
Fogão	32 931 153	961 576	7 803 254	16 174 091	5 645 381	2 346 851
Geladeira	24 065 471	730 986	3 618 268	13 569 268	4 541 336	1 605 613
Rádio	28 627 225	724 923	6 165 566	14 713 106	5 136 111	1 887 519
Televisão	24 941 936	745 679	4 170 634	13 867 201	4 501 098	1 657 324

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluídos os domicílios da área rural da Região Norte. (2) Excluídos os domicílios da área rural.

5. DOMICÍLIO

5.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (3)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação do domicílio						
Urbana	76,7	...	59,1	87,4	70,2	74,7
Rural	23,3	...	40,9	12,6	29,8	25,3
Tipo						
Casa	82,6	86,1	78,4	83,7	88,4	84,2
Apartamento	9,9	4,9	4,3	13,7	9,9	6,9
Rústico	5,8	3,8	15,8	1,7	1,9	5,9
Quarto ou cômodo	1,7	5,2	1,5	1,4	1,8	3,0
Condição de ocupação						
Próprio já pago	58,4	66,5	67,3	53,2	61,5	49,8
Próprio em aquisição	7,4	6,3	5,5	7,6	8,2	9,9
Alugado	19,5	18,4	12,8	24,8	15,4	19,4
Cedido e outro	14,7	8,8	14,4	14,4	14,3	20,9
Forma de abastecimento d'água						
Rede geral	72,7	81,0	51,3	85,9	69,8	66,1
Outra	27,3	19,0	48,7	14,1	30,2	33,9
Destino do lixo						
Coletado	62,9	58,1	38,8	77,3	62,5	58,5
Outro	37,1	41,9	61,2	22,7	37,5	41,5
Existência de:						
Iluminação elétrica	86,9	93,9	68,7	95,2	92,1	93,6
Filtro	56,8	46,5	51,8	70,5	21,1	71,1
Fogão	95,9	97,0	87,0	99,1	99,4	98,2
Geladeira	70,1	73,7	40,4	83,2	79,9	67,2
Rádio	83,4	73,1	68,8	90,2	90,4	79,0
Televisão	72,6	75,2	46,5	85,0	79,2	69,3

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui os domicílios da área rural da Região Norte. (2) Exclui os domicílios da área rural. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de qualquer característica.

5. DOMICÍLIO

5.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1981-1989

BRASIL

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação do domicílio								
Urbana	73,7	74,6	75,2	75,5	75,6	75,8	76,3	76,7
Rural	26,3	25,4	24,8	24,5	24,4	24,2	23,7	23,3
Tipo								
Casa	82,0	81,0	81,7	82,4	82,0	81,9	82,0	82,6
Apartamento	7,1	8,0	8,4	8,6	8,9	9,3	9,8	9,9
Rústico	9,9	9,2	8,1	7,4	7,5	6,8	6,5	5,8
Quarto ou cômodo	1,0	1,8	1,8	1,6	1,6	2,0	1,7	1,7
Condição de ocupação								
Próprio já pago	56,0	55,6	56,0	55,8	56,7	56,3	57,1	58,4
Próprio em aquisição	6,4	7,5	7,4	7,6	7,3	7,7	7,9	7,4
Alugado	22,8	22,1	22,3	22,1	21,7	20,9	20,2	19,5
Cedido e outro	14,8	14,8	14,3	14,5	14,3	15,1	14,8	14,7
Forma de abastecimento d'água								
Rede geral	60,1	64,6	68,2	67,9	69,9	70,0	70,9	72,7
Outra	39,9	35,4	31,8	32,1	30,1	30,0	29,1	27,3
Destino do lixo								
Coletado	49,2	54,1	56,1	57,7	58,5	59,8	60,1	62,9
Outro	50,8	45,9	43,9	42,3	41,5	40,2	39,9	37,1
Existência de:								
Iluminação elétrica	74,9	77,9	79,4	81,1	83,2	84,4	85,9	86,9
Filtro	51,7	53,1	53,6	54,5	55,9	55,5	57,0	56,8
Fogão	92,6	94,0	94,5	94,9	94,9	95,5	97,1	95,6
Geladeira	56,6	60,2	61,6	63,1	65,9	66,8	68,6	70,1
Rádio	82,0	83,4
Televisão	71,5	72,6

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Excluídos os domicílios da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de qualquer característica.

6. RENDIMENTO

ASPECTOS GERAIS

A evolução da economia do País aliada às diretrizes econômicas aplicadas na década de 80 tiveram reflexos evidentes nos rendimentos auferidos nesse período.

O processo recessivo desencadeado no final da década de 70 agravou-se continuamente até atingir seu ponto culminante em 1983. Em 1984, embora os efeitos dessa crise econômica ainda se fizessem sentir, começaram a surgir sinais da sua contenção. Nesses primeiros anos do decênio a política econômica que regia os reajustes salariais provocou uma compressão acentuada na curva das remunerações dos assalariados, o que se refletiu na totalidade dos rendimentos, já seriamente afetados pela recessão. Em 1985, com o reaquecimento da economia, os rendimentos passaram a apresentar elevações consideráveis, especialmente no segundo semestre. Nesse ano o salário mínimo foi fixado com ganho real e a melhoria no desempenho da economia possibilitou maior liberalidade nas negociações de aumentos salariais. O advento do Plano de Estabilização do governo, instituído em março de 1986, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a recuperação dos rendimentos que tiveram incrementos superiores aos de 1985. No final de 1986 a expansão econômica começou a perder ímpeto e, em 1987, a retração tornou-se patente. O Plano Bresser, instituído em junho de 1987, sustou o agravamento desse processo recessivo, sem conseguir, contudo consolidar a pretendida retomada do crescimento. Nesse contexto, em 1987 e 1988 os rendimentos sustentaram-se em níveis mais elevados que os de 1985, mas acenuadamente inferiores aos de 1986. Em janeiro de 1989 foi instituído o Plano Verão, terceira tentativa de estabilização da economia. Em seguida aos ajustes efetuados em abril de 1989 no Plano Verão foi adotada uma nova política salarial, mais favorável que a anterior. Nesse ano a economia apresentou um evidente reaquecimento e os rendimentos lograram superar os de 1987 e 1988. Entretanto, o crescimento alcançado em 1989 foi insuficiente para que os rendimentos retornassem ao patamar de 1986.

No decorrer do decênio o salário mínimo (denominado piso nacional de salários durante determinado período) passou por perdas e ganhos reais que se evidenciaram nas distribuições por faixas de rendimento, considerando o seu valor real.

O salário mínimo real (com base em setembro de 1989) é superior aos vigentes em setembro de 1984 (2,6%), 1987 (3,9%) e 1988 (0,2%) e inferior aos vigentes em outubro de 1981 (16,3%) e setembro de 1983 (1,5%), 1985 (5,2%) e 1986 (18,9%).

Os comentários sobre as distribuições das pessoas por faixas de rendimento restringiram-se às tabelas que apresentam os resultados por classes de salário mínimo real.

Rendimento médio dos empregados

No País, o rendimento médio real do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada atingiu em 1984 o valor mínimo da década de 80 e, em 1986, o máximo, tendo declinado 16,9% de 1981 para 1984 e subido 37,4% de 1984 para 1986. Este indicador sofreu queda de 15,7% de 1986 para 1987 e cresceu 9,4% de 1987 para 1989. O valor deste rendimento médio em 1989 foi superado somente pelo de 1986.

No período de 1981 a 1989 a política salarial aplicada para os funcionários públicos teve reflexos nos rendimentos dos empregados sem carteira de trabalho assinada, tendo em vista que constituem uma parcela desta categoria.

O rendimento médio real dos empregados sem carteira de trabalho assinada apresentou retração de 13,4% de 1981 para 1983 e manteve-se praticamente inalterado de 1983 para 1984, quando atingiu o nível mais baixo do período. Este indicador aumentou 60,3% de 1984 para 1986, quando atingiu o valor mais alto, e decresceu 29,4% de 1986 para 1988. Em 1989 este indicador ascendeu 14,5% em relação ao do ano anterior e foi superado unicamente pelo de 1986, a exemplo do ocorrido com o rendimento médio real dos empregados com carteira de trabalho assinada.

Cabe notar o marcante distanciamento existente entre os rendimentos médios reais destas duas categorias dos empregados. Este indicador referente aos empregados sem carteira de trabalho assinada representou 41,2% do rendimento médio real dos empregados com carteira de trabalho assinada em 1981. Em 1986, quando o afastamento relativo entre eles foi menor, esta relação ficou em 52,8% e alcançou 46,3% em 1989.

Distribuição dos empregados por classes de rendimento

A distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada por faixas de rendimento mostrou que 5,0% desta categoria ganhava até 1 salário mínimo real em 1981. Esta proporção cresceu continuamente até o máximo em 1985 (19,5%) e caiu bruscamente para 4,0% no ano seguinte. Este indicador alcançou o mínimo em 1986 (2,4%) e aumentou nos três anos subsequentes, situando-se em 16,4% em 1989.

As maiores proporções de empregados com carteira de trabalho assinada que auferiam mais de 10 salários mínimos reais (ou seja, a soma dos resultados das duas últimas classes de rendimento - mais de 10 e 20 e mais de 20 salários mínimos reais) ocorreram em 1986 (9,1%) e 1989 (9,3%) e as menores em 1983 (6,1%) e 1984 (6,0%).

A distribuição dos empregados sem carteira de trabalho assinada por faixas de rendimento demonstrou que esta categoria estava extremamente concentrada nas remunerações mais baixas.

A proporção dos empregados sem carteira de trabalho assinada que ganhavam até 1 salário mínimo real estava em 50,9% em 1981, alcançou o máximo em 1984 (60,3%) e o mínimo em 1986 (32,8%). Em 1989 este indicador ficou em 51,1%.

A proporção dos empregados sem carteira de trabalho assinada que auferiam mais de 10 salários mínimos reais não ultrapassou 3,0% (resultado de 1986) no decorrer de todo o decênio e restringiu-se a, apenas, 1,5% em 1983 e 1984.

. Rendimento médio das pessoas ocupadas

Na década de 80 o maior valor do rendimento médio real das pessoas ocupadas do País foi encontrado em 1986 e o menor em 1984. Este indicador decresceu 14,1% de 1981 para 1983, manteve-se praticamente estável de 1983 para 1984 e aumentou nos dois anos seguintes, apresentando alta de 65,4% de 1984 para 1986. A queda de 24,0% observada de 1986 para 1987 prosseguiu com baixa irrelevante em 1988. O valor deste rendimento em 1989 foi suplantado, unicamente, pelo de 1980, tendo subido 18,1% em relação ao de 1988.

Cabe ressaltar a notável diferença existente entre os rendimentos médios reais de trabalho das populações masculina e feminina ocupadas. Este indicador da população feminina representou somente 50,7% do rendimento real dos homens ocupados em 1981; 48,6% em 1983 (distanciamento relativo máximo); 53,5% em 1988 (distanciamento relativo mínimo); e 53,1% em 1989. Nos três últimos anos do decênio pôde-se notar que houve elevação no patamar da relação entre estes dois indicadores, mostrando uma redução na desigualdade existente entre as remunerações de trabalho das mulheres e homens ocupados.

. Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento

O nível da proporção de pessoas ocupadas sem rendimento (formada em sua quase totalidade por trabalhadores não remunerados) apresentou sensível redução nos quatro últimos anos do decênio. Este fato ocorreu tanto na população masculina como na feminina.

entretanto, a proporção de mulheres ocupadas sem rendimento manteve-se substancialmente mais elevada que a dos homens, no decorrer de toda a década de 80. Em 1989 a proporção de pessoas ocupadas sem rendimento situou-se em 6,6% na população masculina e 10,7% na feminina.

A maior proporção de pessoas ocupadas que auferiam até 1 salário mínimo real ocorreu em 1984 (33,0%) e a menor em 1986 (15,7%). Em 1981 este indicador situava-se em 23,0% e ao término do decênio em 27,2%.

A maior proporção de pessoas ocupadas que ganhavam mais de 10 salários mínimos reais foi observada em 1986 (8,4%) e a menor em 1983 (4,4%). Este indicador, que estava em 5,1% em 1981, apresentou resultado próximo ao máximo em 1989 (8,2%).

A comparação entre as distribuições dos homens e mulheres ocupados revelou que as remunerações da população feminina tiveram maior concentração em remunerações mais baixas do que as da população masculina.

Em 1989 a proporção de pessoas ocupadas que auferiam até 1 salário mínimo real ficou em 21,9% na população masculina e em 37,0% na feminina e a proporção das que ganhavam mais de 10 salários mínimos reais situou-se em 10,3% para os homens e em 4,4% para as mulheres.

. Distribuição do rendimento de trabalho

O grau de concentração das remunerações de trabalho aumentou de 1981 para 1989, destacando-se as elevações ocorridas em 1983, 1988 e 1989.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho apresentou os menores resultados em 1981 (0,553 - limite inferior e 0,571 - limite superior) e os maiores em 1989 (0,613 - limite inferior e 0,636 - limite superior).

Os indicadores da distribuição dos rendimentos de trabalho também evidenciaram que, de 1981 para 1989, cresceu a concentração das remunerações nas pessoas de maior rendimento (a título de ilustração foram destacados somente dois destes indicadores).

Verificou-se que metade das pessoas ocupadas com rendimento detinham 14,5% das remunerações em 1981 e 11,2% em 1989. Estes foram os resultados máximo e mínimo deste indicador no decênio.

Em 1981 constatou-se que 44,9% das remunerações de trabalho foram auferidas por somente 10,0% das pessoas ocupadas com rendimento. Esta proporção das remunerações atingiu 51,5% em 1989, tendo apresentado incrementos significativos em 1983, 1989 e 1989.

. Rendimento médio das pessoas de 10 anos de idade ou mais

No País, o rendimento médio real de todas as fontes das pessoas de 10 anos de idade ou mais teve uma queda expressiva (11,5%) de 1981 para 1983 e uma baixa insignificante de 1983 para 1984, quando atingiu o menor valor do período. Este indicador alcançou o valor mais alto em 1986, tendo crescido 68,6% em relação ao de 1984. Este rendimento médio baixou 24,0% de 1986 para 1988, tendo sido marcante a queda observada em 1987 e pouco relevante a de 1988. Em 1989 este indicador aumentou 19,5% em relação ao ano anterior e foi superado apenas pelo valor de 1986.

Os rendimentos médios reais de todas as fontes das populações masculina e feminina de 10 anos de idade ou mais foram extremamente distintos. A maior disparidade entre estes rendimentos ocorreu em 1981, quando este indicador da população feminina representou apenas 25,5% do referente à população masculina. Esta relação entre os rendimentos médios reais dos homens e das mulheres passou para 29,9% em 1989.

Durante a década de 80 o contingente feminino sem qualquer rendimento foi sempre maior que o masculino e contribuiu fortemente para que o distanciamento entre os rendimentos médios reais de todas as fontes dos homens e mulheres fosse mais amplo do que o existente entre as remunerações médias de trabalho das populações masculina e feminina ocupadas.

. Distribuição das pessoas de 10 anos de idade ou mais por classes de rendimento

A proporção de pessoas de 10 anos de idade ou mais sem rendimento de qualquer fonte apresentou tendência de queda no decorrer da década de 80, tendo passado de 45,4% em 1981 para 39,9% em 1989.

Esta tendência declinante foi observada tanto no contingente feminino como no masculino. Entretanto, a proporção de mulheres sem qualquer rendimento ainda se manteve, durante todo o período, em nível muito mais elevado que a referente aos homens.

A proporção de mulheres de 10 anos de idade ou mais sem qualquer rendimento diminuiu de 63,6% em 1981 para 55,4% em 1989, enquanto que a dos homens decresceu de 26,7% em 1981 para 23,4% em 1989.

A ampla diferença existente entre as proporções das populações masculina e feminina sem rendimento decorreu do fato das mulheres constituírem a maior parcela das pessoas não economicamente ativas e dos trabalhadores não remunerados que, por sua vez, formaram a grande maioria do contingente de indivíduos sem qualquer rendimento.

A maior proporção de pessoas que auferiam até 1 salário mínimo real ocorreu em 1984 (22,0%) e a menor em 1986 (12,3%). Este indicador estava em 16,0% em 1981 e passou para 19,6% em 1989.

A proporção de pessoas que ganhavam mais de 10 salários mínimos reais estava em 3,1% em 1981 e decresceu para 2,8% em 1985 e 1984, quando atingiu o mínimo. As maiores proporções foram constatadas em 1986 (5,2%) e 1989 (5,1%).

Durante todo o decênio a proporção de homens que auferiam mais de 10 salários mínimos reais foi muito superior à das mulheres. Em 1989 este indicador da população masculina fixou-se em 8,4% e o da feminina em 2,0%.

Distribuição dos rendimentos de todas as fontes

Os resultados obtidos através da distribuição dos rendimentos de todas as fontes mostraram que de 1981 para 1989 houve aumento na concentração destes rendimentos.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de todas as fontes apresentou os menores resultados em 1981 (0,572 - limite inferior e 0,589 - limite superior) e os maiores em 1989 (0,635 - limite inferior e 0,652 - limite superior).

Em 1981 verificou-se que 13,4% dos rendimentos de todas as fontes foram auferidos por metade da população de 10 anos de idade ou mais com rendimento. Este indicador mostrou tendência declinante na década de 80. Em 1989 constatou-se que somente 10,4% dos rendimentos de todas as fontes foram ganhos por metade desta população.

Observou-se, também, que 46,6% dos rendimentos de todas as fontes foram ganhos por apenas 10,0% das pessoas de 10 anos de idade ou mais com rendimento em 1981. Esta proporção dos rendimentos apresentou tendência ascendente no decênio, cabendo destacar os incrementos observados em 1983, 1988 e 1989. No último ano do decênio 53,2% dos rendimentos de todas as fontes foram auferidos por, unicamente, 10,0% desta população.

ASPECTOS REGIONAIS

Os indicadores de rendimento de 1989, a exemplo dos resultados dos tópicos anteriores, revelaram as nítidas diferenciações regionais existentes no País.

Nos comentários que se seguem, os resultados da **Região Norte** não são considerados em decorrência da sua área rural não ter sido pesquisada. Este fato impossibilita que se disponha de estatísticas representativas da totalidade da **Região Norte**, onde a parcela rural deve exercer notável influência.

. Rendimento da Região Nordeste

As estatísticas de rendimento da Região Nordeste foram as mais desfavoráveis e completaram o perfil dessa região colocando-a como detentora dos piores resultados de 1989 na quase totalidade dos indicadores sócio-econômicos selecionados.

A Região Nordeste apresentou o menor rendimento médio do trabalho principal para as duas categorias dos empregados. Este indicador referente aos empregados sem carteira de trabalho assinada representou, somente, 37,6% do rendimento médio dos empregados com carteira de trabalho assinada. Essa região apresentou o maior distanciamento relativo entre os rendimentos médios destas duas categorias dos empregados.

A distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada por faixas de rendimento permitiu constatar que essa região deteve a maior proporção de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo (33,9%) e a menor de pessoas que auferiam mais de 10 salários mínimos (5,9%). Este mesmo fato aconteceu em relação aos empregados sem carteira de trabalho assinada, sendo que as proporções referentes a esta categoria atingiram, respectivamente, 69,6% e 0,9%.

O rendimento médio de trabalho das pessoas ocupadas dessa região foi o menor.

Este indicador referente à população feminina representou 50,9% do rendimento médio de trabalho dos homens ocupados.

A distribuição da população ocupada por faixas de rendimento revelou a maior proporção de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo (44,7%) e a menor de pessoas que auferiam mais de 10 salários mínimos (3,4%). Nas populações ocupadas de ambos os sexos observou-se este mesmo fato.

É importante notar que somente 49,1% dos homens ocupados e 27,2% das mulheres ocupadas ganhavam mais de 1 salário mínimo, resultados estes bastante inferiores aos alcançados nas outras regiões.

A Região Nordeste caracterizou-se, também, por apresentar a mais forte concentração dos rendimentos de trabalho.

Os resultados do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho ficaram em 0,640 (limite inferior) e 0,657 (limite superior), superando os das outras regiões.

Verificou-se que, somente, 11,2% das remunerações de trabalho dessa região foram auferidas por metade da sua população ocupada com rendimento (resultado próximo ao da Região Centro-Oeste que foi o menor).

Na Região Nordeste 55,7% das remunerações de trabalho foram auferidas por, apenas, 10,0% das pessoas ocupadas com rendimento, suplantando os resultados das demais.

O rendimento médio de todas as fontes das pessoas de 10 anos de idade ou mais foi o mais baixo.

Este indicador referente à população feminina representou 28,9% do rendimento médio de todas as fontes dos homens.

A distribuição da população de 10 anos de idade ou mais indicou que 45,3% das pessoas não tinham qualquer rendimento e 29,1% ganhavam até 1 salário mínimo, sendo estas proporções acentuatadamente mais elevadas que as das demais regiões. Na Região Nordeste encontrou-se, ainda, a menor proporção de pessoas auferindo mais de 10 salários mínimos (2,0%). Comportamento idêntico foi observado nas populações masculina e feminina.

Cabe destacar que, apenas 38,8% dos homens de 10 anos de idade ou mais e a oitava parte das mulheres nesta mesma faixa etária ganhavam mais de 1 salário mínimo, resultados estes muito abaixo dos alcançados nas outras regiões.

Na Região Nordeste os rendimentos de todas as fontes apresentaram uma intensa concentração, nitidamente superior as das Regiões Sudeste e Sul.

Os resultados do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de todas as fontes foram 0,641 (limite inferior) e 0,659 (limite superior), próximos aos da Região Centro-Oeste que foram os mais altos.

Na Região Nordeste, assim como na Região Sudeste, 11,1% dos rendimentos de todas as fontes foram auferidos por metade da população de 10 anos de idade ou mais com rendimento, sendo que este resultado situou-se entre os referentes às Regiões Sul e Centro-Oeste. Dever-se notar, entretanto, que na Região Nordeste quase 54,0% das pessoas com rendimento ganhavam até 1 salário mínimo, enquanto que na Região Sudeste cerca de 47,0% das pessoas com rendimento auferiam até 2 salários mínimos.

Constatou-se, ainda, que 56,1% dos rendimentos de todas as fontes foram auferidos por, somente, 10,0% da população de 10 anos de idade ou mais, sendo esta proporção dos rendimentos maior que as das demais regiões.

A distribuição das famílias da Região Nordeste mostrou que a maioria delas concentrou-se nas faixas mais baixas de rendimento familiar. Nessa região 2,6% das famílias não tinham rendimento e 53,0% ganhavam até 2 salários mínimos, proporções estas extremamente mais elevadas que as das demais. Nas classes de rendimento acima de 2 salários mínimos as proporções das famílias dessa região foram, todas, acentuadamente menores que as das demais. Na faixa de mais de 10 salários mínimos havia somente 7,3% das famílias dessa região.

Rendimento da Região Sudeste

Com referência aos empregados com e sem carteira de trabalho assinada, a Região Sudeste caracterizou-se por apresentar o maior rendimento médio do trabalho principal para estas duas categorias. Este indicador dos empregados sem carteira de trabalho assinada representou 51,7% do referente aos com carteira de trabalho assinada.

A proporção de empregados com carteira de trabalho assinada que ganhavam até 1 salário mínimo dessa região (13,2%) superou, apenas, a da Região Sul e a proporção dos que auferiam mais de 10 salários mínimos (10,5%) foi, somente, suplantada pela da Região Centro-Oeste.

No que concerne aos empregados sem carteira de trabalho assinada a Região Sudeste deteve a menor proporção dos que ganhavam até 1 salário mínimo (41,9%) e a maior dos que auferiam mais de 10 salários mínimos (4,0%).

Essa região apresentou, também, o maior rendimento médio de trabalho das pessoas ocupadas.

Este indicador da população feminina representou 54,5% do rendimento médio de trabalho dos homens ocupados.

Na população ocupada, a proporção de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo ficou em 20,9%, sobrepujando, apenas, a da Região Sul, enquanto que a proporção das que auferiam mais de 10 salários mínimos (10,8%) foi a maior.

O grau de concentração dos rendimentos de trabalho da Região Sudeste foi ligeiramente maior que o da Região Sul e sensivelmente menor que os das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Os resultados do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho da Região Sudeste (0,593 e 0,613) suplantaram somente os da Região Sul, ainda que a diferença entre eles tenha sido relativamente pequena.

Verificou-se que 12,2% das remunerações de trabalho foram auferidas por metade da população ocupada com rendimento (resultado inferior, apenas, ao da Região Sul). Constatou-se, ainda, que 49,1% das remunerações de trabalho foram ganhas por, somente, 10,0% desta população, sendo esta proporção dos rendimentos unicamente superior à da Região Sul.

A Região Sudeste apresentou, ainda, o maior rendimento médio de todas as fontes das pessoas de 10 anos de idade ou mais.

O rendimento médio de todas as fontes das mulheres representou 30,7% do correspondente à população masculina.

Nessa região encontrou-se as menores proporções de pessoas de 10 anos de idade ou mais sem qualquer rendimento (36,6%) e que ganhavam até 1 salário mínimo (15,5%) e a maior proporção de pessoas que auferiam mais de 10 salários mínimos (6,9%). Comportamento idêntico foi observado nas populações masculina e feminina.

A exemplo do que foi relevado em relação às remunerações de trabalho, a concentração dos rendimentos de todas as fontes mostrou-se um pouco maior que a da Região Sul e expressivamente menor que as das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Os resultados do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de todas as fontes da Região Sudeste (0,615 e 0,654) ultrapassaram, unicamente, os da Região Sul.

Constatou-se que 11,1% dos rendimentos foram auferidos por metade da população de 10 anos de idade ou mais com rendimento, resultado este que foi superado, apenas, pelo da Região Sul. Observou-se, também, que 51,2% dos rendimentos foram auferidos por, apenas,

10,0% da população de 10 anos de idade ou mais com rendimento, sendo que esta proporção dos rendimentos ultrapassou somente a da Região Sul.

A Região Sudeste caracterizou-se, ainda, por apresentar as proporções mais reduzidas de famílias com rendimento familiar nas faixas de até 5 salários mínimos e as mais elevadas nas classes acima deste valor. Nessa região somente 7,4% das famílias auferiam até 1 salário mínimo, enquanto que 33,6% ganharam mais de 10 salários mínimos.

. Rendimento da Região Sul

O rendimento médio do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada da Região Sul superou o da Região Nordeste e ficou abaixo dos valores das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Contudo, o rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada ficou abaixo, unicamente, do indicador da Região Sudeste.

O rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada representou 59,1% do referente aos com carteira de trabalho assinada. Esta relação mostrou que o afastamento relativo entre os rendimentos médios do trabalho principal destas duas categorias dos empregados foi menor que nas outras regiões.

A distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada mostrou que a Região Sul deteve a menor proporção de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo (11,5%), entretanto, a proporção das que auferiam mais de 10 salários mínimos (7,4%) superou, apenas, a da Região Nordeste.

No que concerne à distribuição dos empregados sem carteira de trabalho assinada, a proporção de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo (44,3%) superou, apenas, a da Região Sudeste, enquanto que a das pessoas que auferiam mais de 10 salários mínimos (3,9%) quase se igualou à da Região Sudeste que foi a maior.

O rendimento médio de trabalho das pessoas ocupadas superou o da Região Nordeste e foi suplantado pelos das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

O rendimento médio de trabalho das mulheres ocupadas representou 46,6% do referente aos homens ocupados.

A Região Sul deteve a menor proporção de pessoas ocupadas que ganhavam até 1 salário mínimo (18,5%), enquanto que a proporção das que auferiam mais de 10 salários mínimos (7,9%) ultrapassou, unicamente, a da Região Nordeste.

A Região Sul destacou-se por apresentar a menor concentração dos rendimentos de trabalho.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho revelou os resultados mais baixos (0,584 e 0,602).

Nessa região 10,1% das remunerações de trabalho foram auferidas por metade da população ocupada com rendimento, sendo este o maior percentual encontrado. Constatou-se, ainda, que 48,6% das remunerações de trabalho dessa região foram auferidas por, somente, 10,0% da população ocupada com rendimento, resultado menor que os das outras regiões.

O rendimento médio de todas as fontes das pessoas de 10 anos de idade ou mais da Região Sul foi maior que o da Região Nordeste, ficando abaixo dos valores correspondentes das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Este indicador da população feminina representou 28,5% do rendimento médio de todas as fontes da população masculina.

No contingente de pessoas de 10 anos de idade ou mais, as proporções das que não tinham qualquer rendimento (39,1%) e ganhavam até 1 salário mínimo (16,2%) superaram, somente, as da Região Sudeste, enquanto que a proporção das que auferiam mais de 10 salários mínimos (5,3%) foi, unicamente, superior a da Região Nordeste.

A Região Sul deteve, também, a menor concentração dos rendimentos de todas as fontes.

Os resultados do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de todas as fontes dessa região foram os mais reduzidos (0,604 e 0,622).

Nessa região 11,8% dos rendimentos de todas as fontes foram auferidos por metade da população de 10 anos de idade ou mais com rendimento (resultado mais elevado que o das demais regiões). Observou-se, ainda, que 50,2% dos rendimentos foram ganhos por somente 10,0% das pessoas de 10 anos de idade ou mais com rendimento, menor proporção encontrada.

A distribuição das famílias por faixas de rendimento familiar da Região Sul mostrou que as proporções das que ganhavam até 2 salários mínimos superaram, apenas, as da Região Sudeste e a classe de 2 a 5 salários mínimos concentrou a maior proporção de famílias (34,1%). Essa região deteve, ainda, a menor proporção de famílias sem rendimento (1,3%).

. Rendimento da Região Centro-Oeste

O rendimento médio do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada da Região Centro-Oeste foi inferior somente ao da Região Sudeste.

O rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada da Região Centro-Oeste foi inferior aos das Regiões Sudeste e Sul, mas superou o da Região Nordeste.

O rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada representou 46,5% do referente aos sem carteira de trabalho assinada.

A distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada da Região Centro-Oeste mostrou que a proporção de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo (17,3%) foi maior que as das Regiões Sudeste e Sul e muito inferior a da Região Nordeste, enquanto que a proporção de pessoas que auferiam mais de 10 salários mínimos (11,6%) sobrepujou as das demais.

No que concerne aos empregados sem carteira de trabalho assinada, a proporção dos que ganhavam até 1 salário mínimo (45,8%) também foi maior que as das Regiões Sudeste e Sul e acentuadamente menor que a da Região Nordeste, enquanto que a proporção dos que auferiam mais de 10 salários mínimos (3,4%) foi muito mais elevada que a da Região Nordeste e menor que as das duas outras regiões.

O rendimento médio de trabalho das pessoas ocupadas da Região Centro-Oeste foi ultrapassado, apenas, pelo da Região Sudeste.

Este indicador da população feminina representou 56,3% do rendimento médio de trabalho dos homens ocupados.

A proporção de pessoas ocupadas que auferiam até 1 salário mínimo (25,9%) foi mais elevada que as das Regiões Sudeste e Sul e muito menor que a da Região Nordeste, enquanto que a proporção das que ganhavam mais de 10 salários mínimos (9,3%) situou-se abaixo, somente, da encontrada para a Região Sudeste.

A concentração dos rendimentos de trabalho da Região Centro-Oeste só foi superada pela da Região Nordeste e manteve afastamento considerável em relação às outras duas regiões.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho (0,634 e 0,653) apresentou resultados maiores que os das Regiões Sudeste e Sul e ligeiramente mais baixo que os da Região Nordeste.

Na Região Centro-Oeste 10,7% das remunerações de trabalho foram auferidas por metade da população ocupada com rendimento (menor resultado entre as quatro regiões). Ainda nessa região 54,0% das remunerações de trabalho foram ganhas por, apenas, 10,0% da população ocupada com rendimento, resultado que superou os das Regiões Sudeste e Sul e foi inferior ao da Região Nordeste.

O rendimento médio de todas as fontes das pessoas de 10 anos de idade ou mais da Região Centro-Oeste foi superado, apenas, pelo da Região Sudeste.

Este indicador da população feminina representou 28,8% do rendimento médio de todas as fontes da população masculina.

No contingente de pessoas de 10 anos de idade ou mais, a proporção das que auferiam até 1 salário mínimo (18,2%) foi superior as das Regiões Sudeste e Sul e muito inferior a da Região Nordeste, enquanto que a proporção das que ganhavam mais de 10 salários mínimos (6,0%) foi, apenas, menor que a da Região Sudeste.

Na Região Centro-Oeste os rendimentos de todas as fontes apresentaram uma intensa concentração, nitidamente superior as das Regiões Sudeste e Sul.

Os resultados do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de todas as fontes foram os mais elevados (0,647 e 0,666).

Na Região Centro-Oeste 9,9% dos rendimentos de todas as fontes foram auferidos por metade da população de 10 anos de idade ou mais com rendimento (menor resultado entre as quatro regiões). Constatou-se, ainda, que 55,1% dos rendimentos de todas as fontes foram ganhos por, somente, 10,0% desta população, sendo que este resultado foi superior aos das Regiões Sudeste e Sul e inferior ao da Região Nordeste.

A distribuição das famílias da Região Centro-Oeste por faixas de rendimento familiar mostrou que as proporções das que auferiam até 2 salários mínimos ficaram acima das correspondentes das Regiões Sudeste e Sul, porém mantiveram-se muito menores que as da Região Nordeste. A proporção de famílias da Região Centro-Oeste que auferiam mais de 10 salários mínimos (19,8%) foi superada, apenas, pela da Região Sudeste.

6. RENDIMENTO

6.1 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES,

SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - 1989

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (salários mínimos)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	19,6	14,6	29,1	15,5	16,2	18,2
Mais de 1 a 2	13,7	13,5	12,1	14,0	15,5	14,3
Mais de 2 a 5	15,5	16,9	8,6	18,9	17,3	15,3
Mais de 5 a 10	5,8	6,2	2,5	7,6	6,3	5,9
Mais de 10 a 20	3,1	3,3	1,2	4,2	3,3	3,5
Mais de 20	2,0	2,1	0,8	2,7	2,0	2,5
Sem rendimento (3)	39,9	43,0	45,3	36,6	39,1	39,9
Sem declaração	0,4	0,5	0,4	0,5	0,3	0,4
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	18,8	12,6	31,0	13,8	14,4	16,8
Mais de 1 a 2	17,5	16,1	17,9	16,5	19,2	18,9
Mais de 2 a 5	22,3	23,5	13,5	26,3	25,6	23,0
Mais de 5 a 10	9,0	9,6	4,0	11,7	9,7	8,8
Mais de 10 a 20	4,9	5,3	2,0	6,5	5,2	5,5
Mais de 20	3,5	3,7	1,4	4,0	3,5	4,3
Sem rendimento (3)	23,4	28,0	29,0	20,0	22,0	22,2
Sem declaração	0,6	0,7	0,6	0,6	0,4	0,5
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	20,2	16,5	27,3	17,2	17,9	19,5
Mais de 1 a 2	10,2	11,0	6,7	11,7	12,0	9,7
Mais de 2 a 5	9,0	10,7	3,9	12,0	9,3	7,9
Mais de 5 a 10	2,9	3,1	1,1	3,8	2,9	3,2
Mais de 10 a 20	1,4	1,5	0,6	1,9	1,5	1,7
Mais de 20	0,6	0,7	0,2	0,9	0,5	0,8
Sem rendimento (3)	55,4	56,2	60,0	52,2	55,7	57,0
Sem declaração	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO

E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - 1981-1989

BRASIL

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (Salários mínimos até 1986 e em 1989 e pisos nacionais de salários em 1987 e 1988)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	20,2	22,3	21,6	21,9	19,4	19,0	20,9	19,6
Mais de 1 a 2	14,4	13,8	13,8	14,2	13,8	14,0	14,8	13,7
Mais de 2 a 5	13,2	12,5	13,3	13,5	15,7	16,2	14,4	15,5
Mais de 5 a 10	4,1	4,6	4,8	5,2	5,8	5,8	5,3	5,8
Mais de 10 a 20	1,7	1,9	2,0	2,2	2,7	2,8	2,7	3,1
Mais de 20	0,7	0,8	0,9	1,0	1,3	1,4	1,4	2,0
Sem rendimento (1)	45,4	43,9	43,4	41,8	41,0	40,4	40,0	39,9
Sem declaração	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5	0,4
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	20,9	22,8	21,4	21,3	18,4	18,3	20,1	18,8
Mais de 1 a 2	20,4	19,2	19,4	19,8	18,5	18,0	19,2	17,5
Mais de 2 a 5	20,7	19,3	20,4	20,6	23,5	23,7	21,2	22,3
Mais de 5 a 10	6,6	7,3	7,7	8,2	9,2	8,9	8,3	9,0
Mais de 10 a 20	2,9	3,3	3,3	3,6	4,4	4,5	4,3	4,9
Mais de 20	1,4	1,5	1,7	1,8	2,3	2,6	2,6	3,5
Sem rendimento (1)	28,7	20,2	25,6	24,2	23,2	23,4	23,6	23,4
Sem declaração	0,4	0,4	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,6
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	19,5	21,8	21,8	22,3	20,3	19,7	21,6	20,2
Mais de 1 a 2	8,6	8,5	8,3	8,8	9,4	10,3	10,6	10,2
Mais de 2 a 5	5,9	5,9	6,5	6,7	8,3	8,9	7,9	9,0
Mais de 5 a 10	1,6	2,0	2,0	2,2	2,6	2,6	2,6	2,9
Mais de 10 a 20	0,5	0,6	0,7	0,8	1,0	1,2	1,1	1,5
Mais de 20	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,6
Sem rendimento (1)	63,6	61,0	60,4	58,9	57,9	56,5	55,5	55,4
Sem declaração	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.3 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO

E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL - 1981-1989

BRASIL

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL (Salários mínimos de setembro de 1989) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	16,0	20,3	22,0	18,6	12,3	19,3	20,9	19,6
Mais de 1 a 2	14,9	15,6	13,7	16,6	16,4	14,0	14,7	13,7
Mais de 2 a 5	15,1	12,6	13,2	13,8	17,4	16,3	14,4	15,5
Mais de 5 a 10	5,2	4,6	4,7	5,5	7,4	5,5	5,3	5,8
Mais de 10 a 20	2,0	2,0	1,9	2,3	3,3	2,7	2,7	3,1
Mais de 20	1,1	0,8	0,9	1,1	1,9	1,4	1,5	2,0
Sem rendimento (2)	45,4	43,9	43,4	41,8	41,0	40,4	40,0	39,9
Sem declaração	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	15,4	20,5	21,8	17,3	9,9	18,6	20,2	18,8
Mais de 1 a 2	20,4	21,4	19,3	22,7	20,7	18,0	19,2	17,5
Mais de 2 a 5	23,4	19,4	20,2	21,0	25,3	24,0	21,2	22,3
Mais de 5 a 10	8,3	7,3	7,6	8,7	11,6	8,5	8,3	9,0
Mais de 10 a 20	3,4	3,3	3,2	3,8	5,4	4,4	4,3	4,9
Mais de 20	2,0	1,0	1,7	2,0	3,5	2,5	2,5	3,5
Sem rendimento (2)	26,7	26,2	25,8	24,2	23,2	23,4	23,6	23,4
Sem declaração	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,6	0,7	0,6
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	16,7	20,2	22,1	19,8	14,5	20,0	21,6	20,2
Mais de 1 a 2	9,5	10,0	8,2	10,8	12,3	10,3	10,6	10,2
Mais de 2 a 5	7,0	6,0	6,3	7,0	9,9	8,9	7,9	9,0
Mais de 5 a 10	2,1	2,0	2,0	2,3	3,4	2,6	2,6	2,9
Mais de 10 a 20	0,7	0,6	0,7	0,9	1,4	1,2	1,1	1,4
Mais de 20	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	0,3	0,4	0,6
Sem rendimento (2)	63,6	61,0	60,4	58,9	57,9	56,5	55,5	55,4
Sem declaração	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Excluída a população da área rural da Região Norte.

(1) O salário mínimo de setembro de 1989 foi deflacionado pelo INPC. (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.4 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1969

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Simples						
Até 10	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6
Mais de 10 a 20	1,4	1,5	1,6	1,7	1,7	1,4
Mais de 20 a 30	2,2	2,3	2,1	2,1	2,4	2,1
Mais de 30 a 40	2,7	2,9	2,9	2,8	3,0	2,5
Mais de 40 a 50	3,5	3,9	3,9	3,8	4,0	3,3
Mais de 50 a 60	4,7	5,0	4,6	5,0	5,2	4,4
Mais de 60 a 70	6,5	6,7	6,0	6,9	6,9	6,1
Mais de 70 a 80	9,4	9,6	8,4	9,9	9,8	8,9
Mais de 80 a 90	15,8	15,9	13,8	15,9	16,1	15,6
Mais de 90 a 100	53,2	51,5	56,1	51,2	50,2	55,1
Mais de 95 a 100	39,4	37,7	43,2	37,6	36,3	41,1
Mais de 99 a 100	17,3	16,4	20,4	16,7	14,7	18,1
Acumuladas						
Até 10	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6
Até 20	2,0	2,2	2,2	2,4	2,4	2,0
Até 30	4,2	4,5	4,3	4,5	4,8	4,1
Até 40	6,9	7,4	7,2	7,4	7,8	6,6
Até 50	10,4	11,3	11,1	11,1	11,8	9,9
Até 60	15,1	16,3	15,7	16,1	17,0	14,3
Até 70	21,6	23,0	21,7	23,1	23,9	20,4
Até 80	31,0	32,6	30,1	33,0	33,7	29,3
Até 90	46,8	48,5	43,3	48,9	49,8	44,9
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se o rendimento da população da área rural.

6. RENDIMENTO

6.5 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1981-1989

BRASIL

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (%)							
	1981	1982	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Simples								
Até 10	0,9	0,9	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6
Mais de 10 a 20	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,5	1,4	1,4
Mais de 20 a 30	2,6	2,5	2,5	2,4	2,6	2,4	2,3	2,2
Mais de 30 a 40	3,6	3,4	3,4	3,2	3,1	3,1	3,0	2,7
Mais de 40 a 50	4,5	4,1	4,1	4,0	4,1	4,0	3,8	3,5
Mais de 50 a 60	5,8	5,4	5,5	5,4	5,5	5,4	5,1	4,7
Mais de 60 a 70	7,6	7,2	7,3	7,2	7,3	7,3	6,9	6,5
Mais de 70 a 80	10,5	10,2	10,3	10,2	10,1	10,3	9,8	9,4
Mais de 80 a 90	16,1	16,5	16,3	16,4	15,8	16,3	15,9	15,8
Mais de 90 a 100	46,6	48,1	48,1	48,8	48,8	49,0	51,2	53,2
Mais de 95 a 100	33,4	34,5	34,5	35,1	35,5	35,2	37,3	39,4
Mais de 99 a 100	13,0	14,0	13,7	14,1	15,2	14,5	15,1	17,3
Acumuladas								
Até 10	0,9	0,9	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6
Até 20	2,7	2,6	2,5	2,4	2,7	2,2	2,0	2,0
Até 30	5,3	5,1	5,0	4,8	5,3	4,6	4,3	4,2
Até 40	8,9	8,5	8,4	8,0	8,4	7,7	7,3	6,9
Até 50	13,4	12,6	12,5	12,0	12,5	11,7	11,1	10,4
Até 60	19,2	18,0	18,0	17,4	18,0	17,1	16,2	15,1
Até 70	26,8	25,2	25,3	24,6	25,3	24,4	23,1	21,6
Até 80	37,3	35,4	35,6	34,8	35,4	34,7	32,9	31,0
Até 90	53,4	51,9	51,9	51,2	51,2	51,0	48,8	46,8
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6. RENDIMENTO

6.6 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS
OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES,
SEGUNDO O SEXO - 1989

SEXO	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (%)						
	Brasil (1)	Grandes Regiões					
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	
TOTAL							
	Limite inferior	0,635	0,617	0,641	0,615	0,604	0,647
	Limite superior	0,652	0,635	0,659	0,634	0,622	0,666
Homens							
	Limite inferior	0,625	0,601	0,632	0,604	0,593	0,634
	Limite superior	0,645	0,622	0,649	0,628	0,613	0,657
Mulheres							
	Limite inferior	0,611	0,603	0,612	0,589	0,575	0,633
	Limite superior	0,628	0,620	0,640	0,605	0,593	0,649

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural.

6. RENDIMENTO

6.7 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAIS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUNDO O SEXO - 1981-1989

BRASIL

SEXO	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAIS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL								
Limite inferior	0.572	0.589	0.587	0.597	0.591	0.601	0.618	0.635
Limite superior	0.589	0.605	0.604	0.614	0.607	0.617	0.634	0.652
Homens								
Limite inferior	0.559	0.579	0.572	0.581	0.578	0.587	0.606	0.625
Limite superior	0.577	0.595	0.589	0.599	0.596	0.605	0.624	0.645
Mulheres								
Limite inferior	0.544	0.553	0.571	0.581	0.585	0.594	0.607	0.611
Limite superior	0.567	0.575	0.592	0.601	0.582	0.602	0.616	0.628

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6. RENDIMENTO

6.8 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE,
POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1989

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (NCZ\$)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	594	616	304	753	603	668
Homens	930	953	481	1 173	946	1 047
Mulheres	278	309	139	360	270	302

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se o rendimento da população da área rural.

6. RENDIMENTO

6.9 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, NOMINAL E REAL, DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU
MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO - 1981-1989

BRASIL

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE							
	1981	1983	1984	1985 (1)	1986	1987 (1)	1988 (1)	1989
NOMINAL								
Total (2)	12 550	50 671	155 027	586 012	1 706	5 055	37 986	594
Homens (2)	20 207	85 647	245 330	928 540	2 697	7 879	58 989	930
Mulheres (2)	5 153	22 900	67 846	256 465	767	2 377	17 936	278
REAL (3)								
Total (4)	442	391	388	463	654	505	497	594
Homens (4)	711	624	614	734	1 033	788	775	930
Mulheres (4)	181	166	170	203	294	238	236	278

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

(1) Valores revisados. (2) Valores em CR\$ até 1985, em CZ\$ de 1986 a 1988 e em NCZ\$ em 1989.
(3) Inflacionado pelo INPC com base em setembro de 1989. (4) Valores em NCZ\$.

6. RENDIMENTO

6.10 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS - 1989

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (salários mínimos)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Deste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	27,2	21,6	44,7	20,9	18,5	25,9
Mais de 1 a 2	21,4	23,0	19,5	21,5	23,2	22,8
Mais de 2 a 5	25,2	29,9	14,5	30,6	26,4	25,7
Mais de 5 a 10	9,3	10,8	4,2	12,1	9,2	9,6
Mais de 10 a 20	5,0	5,9	2,1	6,6	4,9	5,7
Mais de 20	3,2	3,9	1,3	4,2	2,9	4,1
Sem rendimento (3)	8,1	4,1	13,0	3,4	14,5	5,6
Sem declaração	0,6	0,8	0,7	0,7	0,4	0,6
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	21,9	15,4	38,6	15,6	14,3	19,1
Mais de 1 a 2	21,5	22,0	22,5	19,9	23,0	23,1
Mais de 2 a 5	28,1	32,8	17,3	33,0	31,2	28,9
Mais de 5 a 10	10,9	13,0	5,1	14,2	11,1	10,8
Mais de 10 a 20	6,1	7,4	2,4	8,1	6,1	6,8
Mais de 20	4,2	5,1	1,8	5,6	4,1	5,1
Sem rendimento (3)	6,6	3,4	11,5	2,9	9,8	5,7
Sem declaração	0,7	0,9	0,8	0,7	0,4	0,7
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	37,0	32,1	56,4	30,5	25,8	39,8
Mais de 1 a 2	21,3	24,8	13,7	24,3	23,5	22,2
Mais de 2 a 5	19,8	24,8	8,9	26,3	18,0	18,9
Mais de 5 a 10	6,2	7,2	2,7	8,1	5,8	7,2
Mais de 10 a 20	3,1	3,3	1,4	4,0	2,8	4,0
Mais de 20	1,3	1,8	0,5	1,8	0,9	2,1
Sem rendimento (3)	10,7	5,4	15,9	4,3	22,9	5,3
Sem declaração	0,6	0,6	0,5	0,7	0,3	0,5

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.11 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO

MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1989

BRASIL

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (Salários mínimos até 1986 e em 1989 e pisos nacionais de salários em 1987 e 1988)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	29.8	33.5	32.5	32.3	27.8	25.7	29.1	27.2
Mais de 1 a 2	25.6	23.3	22.5	22.5	22.6	23.0	23.7	21.4
Mais de 2 a 5	23.2	21.2	22.3	21.8	26.1	27.1	23.4	25.2
Mais de 5 a 10	7.0	7.6	7.9	8.3	9.2	8.9	8.7	9.3
Mais de 10 a 20	2.8	3.1	3.2	3.5	4.2	4.4	4.4	5.0
Mais de 20	1.2	1.2	1.5	1.5	1.9	2.2	2.2	3.2
Sem rendimento (1)	10.0	9.7	9.7	9.7	7.7	8.1	7.8	8.1
Sem declaração	0.4	0.4	0.4	0.4	0.5	0.6	0.7	0.6
Homens	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	24.3	27.3	25.9	25.7	21.4	20.4	23.5	21.9
Mais de 1 a 2	26.8	24.8	24.1	24.3	23.1	22.7	24.0	21.5
Mais de 2 a 5	26.8	24.8	25.9	25.3	29.6	30.7	26.6	28.1
Mais de 5 a 10	8.2	9.1	9.4	9.9	10.8	10.5	10.3	10.9
Mais de 10 a 20	3.5	4.1	4.0	4.3	5.3	5.4	5.4	6.1
Mais de 20	1.6	1.7	2.0	2.1	2.7	2.9	3.0	4.2
Sem rendimento (1)	8.3	7.7	8.0	8.0	6.6	6.7	6.4	6.6
Sem declaração	0.5	0.5	0.4	0.4	0.5	0.7	0.8	0.7
Mulheres	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	42.0	46.2	46.1	45.5	40.4	35.6	39.5	37.0
Mais de 1 a 2	23.0	20.1	18.6	19.0	21.4	23.5	23.1	21.3
Mais de 2 a 5	15.2	13.9	15.0	15.0	19.1	20.5	17.4	19.8
Mais de 5 a 10	4.1	4.5	4.7	5.0	6.0	5.9	5.6	6.2
Mais de 10 a 20	1.1	1.3	1.6	1.8	2.2	2.4	2.4	3.1
Mais de 20	0.2	0.2	0.3	0.4	0.5	0.7	0.9	1.3
Sem rendimento (1)	14.0	13.6	13.2	23.0	10.0	10.8	10.5	10.7
Sem declaração	0.4	0.2	0.3	0.3	0.4	0.4	0.6	0.6

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO

MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1989

BRASIL

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS (Salários mínimos de setembro de 1989) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	23.0	29.7	33.0	25.3	15.7	26.1	29.2	27.2
Mais de 1 a 2	25.8	26.9	22.4	28.2	26.9	22.9	23.5	21.4
Mais de 2 a 5	26.9	21.3	22.0	22.3	28.8	27.1	23.4	25.2
Mais de 5 a 10	8.8	7.6	7.8	8.8	12.0	8.8	8.7	9.3
Mais de 10 a 20	3.3	3.2	3.2	3.7	5.4	4.3	4.4	5.0
Mais de 20	1.8	1.2	1.5	1.6	3.0	2.1	2.3	3.2
Sem rendimento (2)	10.0	9.7	9.7	9.7	7.7	8.1	7.8	8.1
Sem declaração	0.4	0.4	0.4	0.4	0.5	0.6	0.7	0.6
Homens	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	17.6	24.0	26.3	19.4	10.4	20.7	23.6	21.9
Mais de 1 a 2	26.1	27.9	24.2	29.2	25.9	22.6	23.9	21.5
Mais de 2 a 5	30.7	24.9	25.7	25.7	31.9	30.6	26.6	28.1
Mais de 5 a 10	10.3	9.1	9.4	10.6	14.1	10.4	10.3	10.9
Mais de 10 a 20	4.2	4.1	4.0	4.5	6.5	5.4	5.4	6.1
Mais de 20	2.4	1.7	2.0	2.2	4.1	2.9	3.0	4.2
Sem rendimento (2)	8.3	7.8	8.0	8.0	6.6	6.7	6.4	6.6
Sem declaração	0.4	0.5	0.4	0.4	0.5	0.7	0.8	0.7
Mulheres	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	34.9	41.3	46.7	37.3	26.1	36.2	39.7	37.0
Mais de 1 a 2	25.0	24.8	18.6	26.1	28.9	23.3	22.9	21.3
Mais de 2 a 5	18.5	14.1	14.7	15.7	22.9	20.4	17.4	19.8
Mais de 5 a 10	5.4	4.5	4.7	5.2	7.7	5.8	5.6	6.2
Mais de 10 a 20	1.5	1.3	1.5	1.9	3.0	2.4	2.4	3.1
Mais de 20	0.4	0.2	0.3	0.4	1.0	0.7	0.9	1.3
Sem rendimento (2)	13.9	13.6	13.2	13.1	10.0	10.8	10.5	10.7
Sem declaração	0.4	0.2	0.3	0.3	0.4	0.4	0.6	0.6

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) O salário mínimo de setembro de 1989 foi deflacionado pelo INPC. (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.13 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS
COM RENDIMENTO DE TRABALHO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES
DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE
RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1989

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Simples						
Até 10	0,7	0,8	0,6	0,9	1,0	0,8
Mais de 10 a 20	1,6	1,9	1,4	1,9	2,1	1,7
Mais de 20 a 30	2,4	2,3	2,1	2,3	2,5	2,2
Mais de 30 a 40	2,8	3,0	3,1	3,1	3,3	2,6
Mais de 40 a 50	3,7	4,0	4,0	4,0	4,2	3,4
Mais de 50 a 60	5,0	5,1	4,6	5,3	5,3	4,5
Mais de 60 a 70	6,7	6,7	6,1	7,1	7,0	6,2
Mais de 70 a 80	9,6	9,7	8,5	10,2	9,9	9,0
Mais de 80 a 90	16,0	15,9	13,9	16,1	16,1	15,6
Mais de 90 a 100	51,5	50,6	55,7	49,1	48,6	54,0
Mais de 95 a 100	37,7	36,9	42,6	35,4	34,9	40,2
Mais de 90 a 100	15,9	10,0	13,9	14,6	14,0	17,7
Acumuladas						
Até 10	0,7	0,8	0,6	0,9	1,0	0,8
Até 20	2,3	2,7	2,0	2,8	3,1	2,5
Até 30	4,7	5,0	4,1	5,1	5,6	4,7
Até 40	7,5	8,0	7,2	8,2	8,9	7,3
Até 50	11,2	12,0	11,2	12,2	13,1	10,7
Até 60	16,2	17,1	15,8	17,5	18,4	15,2
Até 70	22,9	23,8	21,9	24,6	25,4	21,4
Até 80	32,5	33,5	30,4	34,8	35,3	30,4
Até 90	48,5	49,4	44,3	50,9	51,4	46,0
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui o rendimento da população da área rural.

6. RENDIMENTO

6.14 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1989

BRASIL

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Simples								
Até 10.....	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7
Mais de 10 a 20	2,0	1,8	1,8	1,7	2,1	1,9	1,6	1,6
Mais de 20 a 30	3,0	2,8	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,4
Mais de 30 a 40	3,6	3,5	3,5	3,3	3,3	3,3	3,1	2,8
Mais de 40 a 50	4,8	4,3	4,3	4,2	4,4	4,4	4,1	3,7
Mais de 50 a 60	6,0	5,6	5,7	5,5	5,7	5,7	5,3	5,0
Mais de 60 a 70	7,8	7,4	7,5	7,3	7,4	7,5	7,0	6,7
Mais de 70 a 80	10,7	10,4	10,4	10,3	10,3	10,5	10,0	9,6
Mais de 80 a 90	16,1	16,5	16,2	16,5	15,8	16,4	16,0	16,0
Mais de 90 a 100	44,9	46,7	46,0	47,6	47,3	46,9	49,7	51,5
Mais de 95 a 100	31,9	33,1	33,3	33,9	33,9	33,3	35,8	37,7
Mais de 99 a 100	12,1	13,2	13,0	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9
Acumuladas								
Até 10	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7
Até 20	2,9	2,8	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3
Até 30	5,9	5,6	5,6	5,3	5,8	5,3	4,8	4,7
Até 40	9,7	9,1	9,1	8,6	9,1	8,6	7,9	7,5
Até 50	14,5	13,4	13,4	12,8	13,5	13,0	12,0	11,2
Até 60	20,5	19,0	19,1	18,3	19,2	18,7	17,3	16,2
Até 70	28,3	26,4	26,6	25,6	26,6	26,2	24,3	22,9
Até 80	39,0	36,8	37,0	35,9	36,9	36,7	34,3	32,5
Até 90	55,1	53,1	53,2	52,4	52,7	53,1	50,3	48,5
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6. RENDIMENTO

6.15 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1989

SEXO	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
Limite inferior	0,618	0,603	0,640	0,593	0,584	0,634
Limite superior	0,636	0,622	0,657	0,613	0,602	0,653
Homens						
Limite inferior	0,610	0,591	0,627	0,584	0,577	0,625
Limite superior	0,630	0,613	0,644	0,607	0,597	0,643
Mulheres						
Limite inferior	0,599	0,590	0,635	0,570	0,550	0,621
Limite superior	0,616	0,607	0,662	0,586	0,560	0,637

FORTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se o rendimento da população da área rural.

6. RENDIMENTO

6.16 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS
PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO O SEXO - 1981-1989
BRASIL

SEXO	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL								
Limite inferior	0,553	0,573	0,573	0,583	0,573	0,578	0,602	0,618
Limite superior	0,571	0,590	0,589	0,600	0,590	0,595	0,619	0,636
Homens								
Limite inferior	0,543	0,564	0,559	0,570	0,566	0,568	0,593	0,610
Limite superior	0,561	0,580	0,576	0,587	0,584	0,586	0,611	0,630
Mulheres								
Limite inferior	0,529	0,539	0,561	0,571	0,541	0,558	0,585	0,599
Limite superior	0,552	0,561	0,582	0,591	0,559	0,577	0,603	0,616

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6. RENDIMENTO

6.17 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1999

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS (R\$)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	928	1 089	502	1 158	880	1 084
Homens	1 112	1 308	603	1 383	1 091	1 265
Mulheres	591	716	307	754	508	712

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se o rendimento da população da área rural.

6. RENDIMENTO

6.18 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, NOMINAL E REAL, DE TODOS OS TRABALHOS DAS
PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO O SEXO - 1981-1989

BRASIL

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS							
	1981	1983	1984	1985 (1)	1986	1987 (1)	1988 (1)	1989
NOMINAL								
Total (2)	21 003	87 218	251 908	924 949	2 721	7 915	59 798	928
Homens (2)	24 831	105 021	300 892	1 108 594	3 251	9 434	71 374	1 112
Mulheres (2)	12 573	51 115	152 385	558 398	1 678	5 041	38 223	591
REAL (3)								
Total (4)	739	635	630	731	1 042	792	786	928
Homens (4)	874	765	753	876	1 245	944	938	1 112
Mulheres (4)	443	372	381	441	642	504	502	591

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte.

(1) Valores revisados. (2) Valores em CR\$ até 1985, em CZ\$ de 1986 a 1988 e em NCZ\$ em 1989.
(3) Inflacionado pelo INPC com base em setembro de 1989. (4) Valores em NCZ\$.

6. RENDIMENTO

6.19 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL - 1989

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL (salários mínimos)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (3).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	30,5	25,0	54,7	23,0	21,9	31,7
Mais de 1 a 2	25,3	26,3	23,0	24,3	31,2	26,2
Mais de 2 a 5	27,7	30,9	14,4	32,4	31,2	25,3
Mais de 5 a 10	9,1	9,6	3,8	11,4	9,1	8,5
Mais de 10 a 20	4,4	4,5	1,9	5,5	4,3	5,0
Mais de 20	2,3	2,4	1,1	2,8	2,0	2,5
Sem rendimento (4)	0,3	0,9	0,5	0,1	0,2	0,5
Sem declaração	0,4	0,4	0,6	0,5	0,1	0,3
Possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	16,4	13,3	33,9	13,2	11,5	17,3
Mais de 1 a 2	26,5	26,3	29,6	23,7	33,1	26,1
Mais de 2 a 5	35,4	38,0	23,3	38,3	37,3	32,7
Mais de 5 a 10	12,0	12,4	6,7	13,9	10,6	12,0
Mais de 10 a 20	6,1	6,0	3,7	6,9	5,0	7,7
Mais de 20	3,2	3,6	2,2	3,6	2,4	3,9
Sem rendimento (4)	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	0,4	0,4	0,6	0,4	0,1	0,3
Não possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	51,1	37,7	69,6	41,9	44,3	45,8
Mais de 1 a 2	23,6	26,3	18,4	25,5	26,9	26,4
Mais de 2 a 5	16,5	23,1	8,0	21,2	18,3	18,0
Mais de 5 a 10	4,8	6,6	1,7	6,6	5,8	5,0
Mais de 10 a 20	2,0	3,0	0,6	2,7	2,8	2,3
Mais de 20	0,9	1,2	0,3	1,3	1,1	1,1
Sem rendimento (4)	0,6	1,8	0,8	0,3	0,5	1,0
Sem declaração	0,5	0,3	0,6	0,5	0,3	0,4

FORNTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive os empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador. (4) Inclusive os empregados que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.20 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL - 1981-1989

BRASIL

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL (Salários mínimos até 1986 e em 1989 e pisos nacionais de salários em 1987 e 1988)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (1).....	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	32.7	36.8	37.2	36.1	31.1	27.5	31.6	30.5
Mais de 1 a 2	30.4	26.7	26.2	26.0	26.4	27.6	27.0	25.3
Mais de 2 a 5	25.6	23.1	24.4	24.8	28.8	30.0	26.1	27.7
Mais de 5 a 10	7.1	7.2	7.7	8.2	8.6	6.6	8.6	9.1
Mais de 10 a 20	2.7	2.9	3.0	3.2	3.4	3.8	4.0	4.4
Mais de 20	1.0	1.0	1.1	1.2	1.2	1.7	1.9	2.3
Sem rendimento (2)	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3
Sem declaração	0.3	0.2	0.2	0.3	0.3	0.4	0.6	0.4
Possuíam	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	12.3	18.0	18.6	17.8	16.6	10.8	14.3	16.4
Mais de 1 a 2	35.8	31.3	29.3	29.1	27.8	29.4	29.8	26.5
Mais de 2 a 5	36.0	33.7	34.5	34.9	37.7	39.9	35.1	35.4
Mais de 5 a 10	10.2	10.9	11.3	11.5	11.3	11.8	12.0	12.0
Mais de 10 a 20	4.0	4.5	4.5	4.6	4.7	5.4	5.6	6.1
Mais de 20	1.6	1.5	1.6	1.8	1.6	2.4	2.7	3.2
Sem rendimento (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	0.1	0.1	0.2	0.3	0.3	0.3	0.5	0.4
Não possuíam	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1	60.9	62.0	59.6	60.0	50.9	50.9	56.1	51.1
Mais de 1 a 2	22.9	21.5	22.3	22.0	24.6	25.2	23.1	23.6
Mais de 2 a 5	11.2	11.2	12.1	11.6	16.7	16.1	13.2	16.5
Mais de 5 a 10	2.7	3.1	3.4	4.0	4.9	4.5	3.9	4.8
Mais de 10 a 20	1.0	1.2	1.2	1.2	1.6	1.6	1.8	2.0
Mais de 20	0.3	0.3	0.4	0.5	0.5	0.6	0.7	0.9
Sem rendimento (2)	0.4	0.4	0.5	0.4	0.5	0.6	0.6	0.6
Sem declaração	0.6	0.3	0.3	0.3	0.3	0.5	0.6	0.5

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive os empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador.
(2) Inclusive os empregados que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.21 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL - 1981-1989

BRASIL

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL (Salários mínimos de setembro de 1989) (1)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	24,2	32,9	37,9	25,6	15,2	28,0	31,7	30,5
Mais de 1 a 2	31,6	32,2	25,9	34,9	33,3	27,4	26,9	25,3
Mais de 2 a 5	29,7	23,3	24,1	25,5	32,7	29,9	26,1	27,7
Mais de 5 a 10	9,1	7,3	7,7	8,8	11,8	8,6	8,6	9,1
Mais de 10 a 20	3,3	2,9	2,9	3,4	4,5	3,8	4,0	4,4
Mais de 20	1,6	1,0	1,1	1,3	2,0	1,7	1,9	2,3
Sem rendimento (3)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Sem declaração	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,6	0,4
Possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	5,0	9,0	19,5	4,0	2,4	11,3	14,6	16,4
Mais de 1 a 2	33,8	39,8	29,1	40,6	31,3	39,2	29,5	26,5
Mais de 2 a 5	40,9	34,0	34,0	35,9	41,6	39,8	35,1	35,4
Mais de 5 a 10	13,0	11,0	11,2	12,4	15,3	11,6	12,0	12,0
Mais de 10 a 20	4,2	1,5	3,4	4,3	5,5	3,4	5,6	6,1
Mais de 20	2,3	1,6	1,6	1,9	2,8	2,4	2,7	3,2
Sem rendimento (3)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,5	0,4
Não possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	50,9	59,7	60,3	53,6	32,6	51,3	56,1	51,1
Mais de 1 a 2	28,6	23,7	22,1	27,6	36,1	24,9	23,1	23,6
Mais de 2 a 5	13,2	11,3	12,0	11,9	20,5	16,1	13,2	16,5
Mais de 5 a 10	3,6	3,1	3,3	4,3	6,8	4,5	3,9	4,8
Mais de 10 a 20	1,2	1,2	1,1	1,4	2,1	1,6	1,8	2,0
Mais de 20	0,5	0,3	0,4	0,5	0,9	0,6	0,7	0,9
Sem rendimento (3)	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6
Sem declaração	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	0,5

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se a população da área rural da Região Norte.

(1) O salário mínimo de setembro de 1989 foi deflacionado pelo INPC. (2) Inclusive os empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador. (3) Inclusive os empregados que receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.22 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS,
POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO
ASSINADA PELO EMPREGADOR - 1989

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS (NCZs)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (3).....	637	684	483	984	931	847
Possuíam	1 071	1 129	758	1 178	955	1 160
Não possuíam	496	610	285	609	564	539

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural. (3) Inclusive o rendimento dos empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador.

6. RENDIMENTO

6.29 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, NOMINAL E REAL, DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS,
SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR - 1981-1989

BRASIL

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS								
	1981	1983	1984	1985 (1)	1986	1987 (1)	1988 (1)		
NOMINAL									
Total (2)	21 777	86 437	250 912	914 293	2 431	7 583	59 103	837	
Possuíam (2)	28 910	119 143	338 177	1 208 773	3 036	9 790	77 501	1 071	
Não possuíam (2)	11 890	49 986	144 778	532 074	1 602	4 504	32 935	496	
REAL (3)									
Total (4)	767	629	623	723	931	759	776	837	
Possuíam (4)	1 015	967	846	955	1 162	979	1 018	1 071	
Não possuíam (4)	419	363	362	421	613	451	433	496	

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Excluído o rendimento da população da área rural da Região Norte.

(1) Valores revisados. (2) Valores em CR\$ até 1985, em CZ\$ de 1986 a 1988 e em NCZ\$ em 1989. (3) Inflacionado pelo INPC com base em setembro de 1989. (4) Valores em NCZ\$.

6. RENDIMENTO

6.24 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR - 1969

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salários mínimos) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (%)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	13,2	8,1	27,2	7,4	10,0	10,2
Mais de 1 a 2	17,5	15,5	25,8	13,5	16,2	17,3
Mais de 2 a 5	30,5	32,0	26,5	31,2	34,1	31,8
Mais de 5 a 10	17,7	19,4	9,4	21,3	19,8	18,2
Mais de 10 a 20	10,5	12,6	4,3	13,6	10,9	10,8
Mais de 20	7,5	8,1	3,0	10,0	7,0	9,0
Sem rendimento (4)	1,9	2,9	2,6	1,7	1,3	1,7
Sem declaração	1,2	1,4	1,2	1,3	0,7	1,0

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluído o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. (2) Excluído as famílias residentes na área rural da Região Norte. (3) Excluído as famílias residentes na área rural. (4) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

6. RENDIMENTO

6.25 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO

AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR - 1981-1989

BRASIL

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salários mínimos até 1986 e em 1989 e pisos nacionais de salários em 1987 e 1988) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até	16.6	16.9	15.6	15.2	12.0	13.3	14.6	13.2
Mais de 1 a 2	21.4	21.8	21.8	20.8	17.4	17.4	19.2	17.5
Mais de 2 a 5	33.0	31.8	32.5	32.1	32.5	31.4	30.8	30.5
Mais de 5 a 10	15.7	15.7	16.3	17.0	19.7	19.0	17.3	17.7
Mais de 10 a 20	7.3	7.6	7.5	8.3	10.3	10.2	9.4	10.4
Mais de 20	3.4	3.4	3.8	4.4	5.7	5.9	5.6	7.6
Sem rendimento (2)	1.8	2.1	1.9	1.5	1.5	1.8	1.8	1.9
Sem declaração	0.8	0.7	0.6	0.7	0.9	1.0	1.3	1.2

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se as famílias residentes na área rural da Região Norte.

(1) Exclui-se o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. (2) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.